



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

GRACILENE DOS SANTOS

**O ENSINO DE ARTE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA
NUMA ESCOLA INDÍGENA APINAYÉ**

TOCANTINÓPOLIS - TO

2018

GRACILENE DOS SANTOS

**O ENSINO DE ARTE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA
NUMA ESCOLA INDÍGENA APINAYÉ**

Monografia apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Tocantinópolis, para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, sob a orientação do Prof. Gustavo Cunha de Araújo.

TOCANTINÓPOLIS - TO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237e Santos, Gracilene.
O ensino de arte e a educação inclusiva: relato de experiência numa escola indígena apinayé. / Gracilene Santos. – Tocantinópolis, TO, 2018.
65 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Educação do Campo, 2018.
Orientador: Gustavo Cunha de Araújo
1. Artes. 2. Educação do campo. 3. Educação inclusiva. 4. Indígenas. I.
Título

CDD 370.91734

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GRACILENE DOS SANTOS

O ENSINO DE ARTE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA
NUMA ESCOLA INDÍGENA APINAYÉ

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, para obtenção do título de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 12/11/2018

Banca Examinadora:

Gustavo Cunha de Araújo

Prof. Ms. Gustavo Cunha de Araújo, Orientador, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis

Mara P. da Silva

Profa. Ms. Mara Pereira da Silva, Examinadora, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis

Luana Mara Pereira

Profa. Ms. Luana Mara Pereira, Examinadora, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis

Dedico este trabalho a toda minha família em especial ao meu filho Ruitembergue Pereira de Oliveira Junior, meu esposo Ruitembergue Pereira e principalmente a aldeia Mariazinha da etnia apinayé, que me possibilitou a deixar registrado elementos de sua cultura.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os agradecimentos a fazer, pois ao longo desses quatro anos de universidade conheci e convivi com várias pessoas que colaboraram para que eu concluísse o curso de Educação do Campo com habilitação em Artes e Música.

Inicialmente agradeço a Deus por ter permitido redigir este trabalho com saúde e sabedoria. Agradeço cada pessoa que fez parte dessa fase da minha vida acadêmica, principalmente, aquelas que contribuíram para meu aprendizado.

Em particular ao meu orientador Gustavo Cunha de Araújo, pela paciência, disponibilidade e confiança que depositou em mim, orientando qual direção deveria tomar em relação ao meu tema. Meu muitíssimo e sincero obrigado.

Agradeço também a Aldeia Mariazinha que me acolheu no período da minha pesquisa sem ela não seria possível realizar esse trabalho.

Ao Orientador Pedagógico da Escola Estadual Indígena Tekator Samuel Alves que me proporcionou auxílio, apoio e dedicação durante a minha pesquisa. Agradeço também ao professor Sheyston, responsável pela sala multifuncional que me recebeu muito bem me concedendo o espaço de sua sala de aula para realizar a minha pesquisa.

Aos meus pais Fausto Mendes e Rociane por acreditarem na minha competência e principalmente pelos bons conselhos. Agradeço também aos meus irmãos Marcos, Paulo, Bruno e Francisca.

Em especial ao meu filho Ruitemberg Junior ao meu esposo, Ruitemberg pela compreensão e apoio.

Agradeço ao programa PIMI (Programa Institucional de Monitoria Indígena) em nome da Professora Mara Pereira, que ao longo desses 04 anos de academia sempre esteve junto comigo. Nessa nossa caminhada juntas, trabalhamos com as questões indígenas, onde foi possível mostrar nossos trabalhos nas cidades de Araguaína-TO, Salvador-BA, Brasília-DF, Palmas-TO e Tocantinópolis-TO. Meus sinceros e muitíssimos obrigada a professora Mara Pereira por ser essa profissional que se preocupa com o aluno.

Agradecer as Monitoras do programa PIMI que convivi durante esses 03 anos em nome de Milena Santos e Maria Gerlane.

Agradecer também a Jéssica Adriana e a Taylane Fernandes que, além de serem monitoras, são pesquisadoras de questões indígenas. Elas sempre estiveram comigo nas idas

às aldeias, ambas tem conhecimento das dificuldades que encontramos para realizar essa pesquisa, obrigada meninas por fazer parte da construção da minha história de vida.

Agradeço a todos os professores do curso de Educação do Campo em especial a professora Cássia Miranda que contribuiu ativamente para a minha formação acadêmica, me incentivando a participar sempre dos eventos acadêmicos ocorridos no curso, obrigado também pelos conselhos ao longo de nossas vivências. Consequentemente essa formação não seria completa sem a contribuição de todos os outros funcionários da instituição.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar como era trabalhada a educação inclusiva na Escola Estadual Tekator da Aldeia Mariazinha, focalizando a importância da disciplina de arte para o desenvolvimento educacional dos alunos atendidos na sala multifuncional. A metodologia Etnográfica foi de fundamental importância para realização desta pesquisa, pois ofereceu subsídio teórico para a coleta de dados. Entendi ser pertinente a utilização dessa metodologia, porque o trabalho foi realizado em uma comunidade que possui costumes e tradições diferentemente da qual resido, necessitando uma convivência maior com objeto pesquisado. Além disso, utilizei de observação participante e entrevista semiestruturada com o professor da sala multifuncional da escola Tekator, que atende indígenas com necessidades especiais. Ao pesquisar os indígenas portadores de necessidades especiais da escola Tekator da aldeia Mariazinha-TO, constatei que eles são capazes de aprender, mesmo apresentando as suas dificuldades de aprendizagem, mas aprendem. E a arte tem papel relevante nesse processo, pois teve a oportunidade de observar os educandos na Sala Multifuncional desenvolvendo a sua aprendizagem por meio de desenhos e pinturas. Verifiquei ainda que a maioria dos desenhos produzidos por eles estava relacionada aos seus cotidianos, o que é importante, pois o processo de ensino e aprendizagem não deve estar desconexo da realidade dos estudantes. Constatei ainda que toda aula, independente se fosse de artes ou não, o professor trabalhava com conteúdos artísticos. Por exemplo, se a aula era para conhecer as vogais do alfabeto, ele primeiramente solicitava que os alunos pintassem os desenhos e, em seguida, pintassem as letras. Apesar da deficiência que eles possuíam, relatadas nesta pesquisa, todos conseguiram realizar as atividades, o que significa um ponto positivo e significativo. Porém, o que mais me chamou a atenção é que eles não têm o domínio da escrita e falam muito pouco, mas ao desenhar, ao pintar; portanto, ao utilizarem da arte, eles tinham a consciência do espaço que cada objeto desenhado ocupava naquele momento e conseguiam desenvolver a sua percepção visual a partir dos trabalhos de artes desenvolvidos por eles. Com essa pesquisa foi possível perceber a relevância que arte possui na vida educacional desses indígenas portadores de necessidades especiais, pois por meio dela eles conseguem se expressar e, muitas vezes, dialogar com o próprio professor através de seus desenhos, uma vez que eles são muito tímidos e encontram na arte, uma forma de se comunicarem com os seus pares.

Palavra-chave: Educação do Campo. Artes. Educação Inclusiva. Apinayé. Indígenas.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze how the inclusive education was elaborated in the Tekator State School of Aldeia Mariazinha, focusing on the importance of the art discipline for the educational development of students attending the multifunctional room. The Ethnographic methodology was of fundamental importance for the accomplishment of this research, since it offered theoretical subsidy for the data collection. I understood to be pertinent the use of this methodology, because the work was carried out in a community that has customs and traditions differently of which I reside, necessitating a greater coexistence with researched object. In addition, I used participant observation and semi-structured interview with the teacher of the multifunctional room of the Tekator school, which attends indigenous people with special needs. When researching the indigenous people with special needs of Tekator school in the village Mariazinha-TO, I found that they are able to learn, even presenting their learning difficulties, but they learn. And art has a relevant role in this process, as it had the opportunity to observe learners developing their learning through drawings and paintings. I also noticed that most of the drawings produced by them were related to their daily life, which is important, since the teaching and learning process should not be disconnected from the reality of the students. I also noticed that every class, regardless of whether it was in the arts or not, the teacher worked with artistic content. For example, if the class was to know the vowels of the alphabet, it first asked students to paint the drawings and then paint the letters. Despite the deficiency they had, reported in this research, all were able to carry out the activities, which means a positive and significant point. But what struck me most is that they do not have the mastery of writing and speak very little, but when drawing, to paint; therefore, in using art, they were aware of the space that each drawn object occupied at that moment and were able to develop their visual perception from the works of art developed by them. With this research it was possible to perceive the relevance that art has in the educational life of these indigenous people with special needs, because through it they manage to express themselves and, often, to dialogue with the teacher through their drawings, since they are very shy and find in art, a way of communicating with their peers.

Keywords: Rural Education. Arts. Inclusive education. Apinayé. Indigenous people.

LISTA DE SIGLAS

DRE	Delegacia Regional de Educação.
UFT	Universidade Federal do Tocantins.
PPP	Projeto Político Pedagógico.
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
UE	Unidade Escolar.
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação.
FUNAI	Fundação Nacional do Índio.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
AEE	Atendimento Educacional Especializado.
INEP Teixeira.	Instituto Nacional de Estudo e pesquisas Educacionais Anísio
SGE	Sistema de Gerenciamento Escolar.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Escola Estadual Indígena Tekator.....	21
Imagem 2 – Mapa que mostra a população indígena no Brasil	31
Imagem 3 – Aldeia Mariazinha	41
Imagem 4 – Sala Multifuncional	42
Imagem 5 – Capa dos cadernos dos alunos atendidos na multifuncional	45
Imagem 6 – Atividade realizada pelo educando da sala multifuncional	46
Imagem 7 – Desenho realizado pela educanda de baixa visão	49
Imagem 8 – Educandas com deficiência física e síndrome de Down	51
Imagem 9 – Atividades realizadas pelas educandas com deficiência física e síndrome de Down	52
Imagem 10– Educando realizando atividade de recorte	53
Imagem 11 – Decoração da sala multifuncional	53
Imagem 12 – Entrada da sala multifuncional	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolas indígenas no Brasil.....	35
Tabela 2 – Professores atuantes nas escolas indígenas no Brasil	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	17
2.2 Fundamentação da pesquisa etnográfica	18
2.3 Instrumentos de coletas de dados.....	19
2.3.1 Observação participante.....	19
2.3.2 Entrevistas.....	20
2.6 Caracterização da área de estudo.....	21
2.7 Aldeia Mariazinha.....	22
2.8 Conhecendo a Escola Estadual Indígena Tekator.....	23
2.9 Caracterização do objeto pesquisado.....	26
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	27
3.1 A trajetória da arte no Brasil e sua inserção na educação.....	27
3.2 Breve histórico da educação escolar indígena no Brasil.....	30
3.3 Dados escolares da educação indígena no Brasil.....	35
3.4 Educação Especial: contextualização histórica.....	37
4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTE COM UMA TURMA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA INDÍGENA.....	39
4.1 Dados coletados na Diretoria Regional de Ensino (DRE).....	39
4.2 O pensar docente na educação inclusiva.....	44
4.3 Aspectos decorativos da Sala Multifuncional.....	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE.....	62

1 INTRODUÇÃO

A arte tem papel relevante na história da humanidade, pois a mesma dá subsídio para compreender o passado e principalmente como era o meio social de determinadas sociedades anteriores a nossa. Um fator relevante para essa compreensão são as pinturas e desenhos encontrados em cavernas espalhadas pelo mundo, que nos permitem conhecer elementos significantes da população humana. Outro fator relevante que pode ser percebido com a presença dos desenhos nas cavernas é que naquela época não existia o domínio da escrita, portanto a comunicação acontecia através dos desenhos e pinturas. Diante de tais aspectos, a arte tem a capacidade registrar as mudanças que ocorre na sociedade.

Na educação a arte tem o papel de educar o indivíduo para ser uma pessoa ativa, crítica e principalmente consciente, elementos essenciais para ela compreender o seu cotidiano, importante para se expressar no meio social onde vive. A utilização da arte para se expressar e dialogar não é aspecto do passado, pois a mesma ainda prevalece na atualidade, principalmente para indivíduos que não possuem o domínio da escrita, por exemplo, pessoas com necessidades especiais, muitas vezes eles não sabem ler e nem escrever, mas conseguem se expressar e falar através dos desenhos. Desta forma, esta pesquisa revela a importância da disciplina de arte na vida educacional dos alunos indígenas portadores de necessidades especiais da Escola Estadual Indígena Tekator, localizada na aldeia Mariazinha-TO.

A priori, a pesquisa seria realizada na Aldeia São José na Escola Estadual Matik com os professores que ministram a disciplina de Artes, procurando saber as metodologias que eles utilizam para ministrar a disciplina, mas durante o início da pesquisa de campo na escola, os professores da disciplina não aceitaram a presença de pesquisadores em suas salas de aula, pois em outrora passaram situações desagradáveis com estagiários durante o desenvolvimento de suas aulas, portanto, estavam evitando pesquisadores, segundo sua justificativa.

Assim, a partir de uma conversa com a coordenadora dessa aldeia, ela sugeriu que trabalhássemos com os professores que não eram indígenas. Foram a partir dessas conversas que ela me relatou que as escolas indígenas de ensino médio possuíam Sala Multifuncional que atendiam alunos indígenas portadores de necessidades Especiais. Foi nesse momento que me surgiu o interesse pelo tema. Contudo, achei pertinente realizar a pesquisa na aldeia Mariazinha, especificamente na Escola Estadual Indígena Tekator, localizada a 20km da cidade de Tocantinópolis-TO, próxima a cidade de Maurilândia- TO. De acordo como o IBGE (2010) a aldeia possui 257 indígenas.

O Curso Educação do Campo com habilitação em artes e música do campus de Tocantinópolis, Tocantins, apresenta a Pedagogia da Alternância que:

[...] se caracteriza como um modo de promover a educação com características próprias para ao atendimento da população do campo. A proposta educacional da pedagogia da alternância contempla, respeita e valoriza os saberes em contexto socioculturais, considerando escola-família-comunidade espaço de produção, organização e articulação de conhecimento, por meio dos instrumentos pedagógicos (AIRES, 2016 p. 54).

Devido esse aspecto, majoritariamente o público atendido é camponês, e o Curso de Tocantinópolis atende principalmente alunos de cidades circunvizinhas, outro público bastante freqüente no curso são os quilombolas e indígenas.

A partir da inserção de indígenas na universidade, pensou-se também em programas que auxiliem na permanência desses povos na academia, onde podemos destacar o (PIMI) Programa Institucional de Monitoria Indígena. Tal programa tem como objetivo auxiliar e acompanhar os mesmos nas suas atividades de ensino, pesquisa, extensão contribuindo para o sucesso e permanência mesmos dentro da universidade.

Há dois anos faço parte dessa monitoria juntamente com um grupo de 04 alunas onde todas auxiliam os indígenas em seus trabalhos acadêmicos. Esses encontros acontecem tanto na Universidade quanto nas próprias aldeias, sendo que a atual responsável pelo acompanhamento do programa é a professora Mara Pereira, docente do curso de Educação do Campo da UFT/Tocantinópolis.

A priori, a pesquisa seria realizada na Aldeia São José na Escola Estadual Matik, com os professores que ministram a disciplina de Artes, procurando saber as metodologias que eles utilizam para ministrar a disciplina entre outras informações da pesquisa, mas, durante as coletas de dados na escola os professores da disciplina não aceitaram a presença de pesquisadores em suas salas de aula, pois já tinham passado por situações desagradáveis com estagiários durante o desenvolvimento das aulas, portanto, estavam evitando pesquisadores, o que me deixou bastante surpresa. Tivemos várias horas de conversas com a coordenadora da escola e ela sugeriu que trabalhássemos como professores que não eram indígenas.

Foi a partir dessas conversas que ela relatou que as Escolas Indígenas Mariazinha e São José possuíam Sala Multifuncional que atendiam alunos indígenas portadores de necessidades especiais. Então me surgiu o interesse pelo tema. Devido os professores indígenas não se sentirem bem com nossa presença, refiro a nós, porque éramos três pesquisadoras, achamos pertinente mudar de aldeia e também de tema escolhendo agora a Aldeia Mariazinha, também

localizada na região de Tocantinópolis, com o objetivo de identificar como é trabalhada a Educação Inclusiva na Escola Estadual Indígena, Tekator em consonância com a disciplina de arte no desenvolvimento educacional dos alunos atendidos.

Com a pesquisa pretendo deixar registrado para os futuros professores, alunos tanto indígenas como não indígenas que a educação é de fundamental relevância para vida social dos indivíduos, sem exclusão social, seja ela na cidade ou no campo ou em alguma comunidade que possui costumes e tradições diferentes, deixar registrado que a Educação Especial também é desenvolvida em algumas comunidades indígenas.

Pesquisar os indígenas apinayé é muito importante porque é uma população que faz parte da história do nosso país, são pessoas que apesar de viverem muito próximos da cidade de Tocantinópolis, possuem costumes, ritos e tradições diferentes, mas se assemelham quando o termo é Educação, isso porque é direito de todos, independentemente do local onde residem. Nesta investigação, procuro também deixar registrado que essa população possui sua arte, seja ela na pintura, danças ou confecções de seus adornos. Em suma, os índios fizeram e ainda fazem parte da nossa história, uma parte que não pode e nem deve ser apagada, por isso, que estou escrevendo sobre eles objetivando que outras pessoas tenham conhecimento de uma comunidade que, apesar de vivermos em um mundo globalizado e permeado de tecnologia, ainda vivem da caça da pesca e de plantações basicamente manuais.

A metodologia Etnográfica foi de fundamental importância para realização desta pesquisa, pois ofereceu subsídio para análise e coleta de dados. Entendi ser pertinente a utilização dessa metodologia, porque o trabalho foi realizado em uma comunidade que possui costumes e tradições diferentemente da qual residio, necessitando uma convivência maior com objeto pesquisado. É importante trabalhar a Etnografia porque ela se insere num campo amplo que possibilita o pesquisador a observar, interpretar e a compreender o objeto de pesquisa, bem como a cultura dos sujeitos pesquisados, entre outras informações pertinentes para o estudo.

Portanto, no âmbito dessa pesquisa busquei saber como era trabalhada a Educação Inclusiva na Escola Estadual Tekator etnia apinayé, focalizando a relevância da disciplina de arte para o desenvolvimento educacional dos alunos indígenas. Nesse sentido, algumas questões foram levantadas para nortear esta pesquisa: Como era a metodologia utilizada pelo professor que trabalha na sala de educação inclusiva? Quais critérios a escola utilizava para indicar o aluno para sala inclusiva? Como era o critério de avaliação utilizado pelo professor responsável da sala? Quais formações possuem o professor dessa sala? Esse professor possui alguma formação para trabalhar com educação Especial? Como o professor trabalha a disciplina de arte

com os alunos portadores de necessidades especiais? Quais desenvolvimentos os alunos já obtiveram desde que se iniciou essa modalidade na escola e, principalmente, como é aceitação da comunidade em relação a essa educação? Quais tipos de deficiências os alunos que são atendidos na sala de educação inclusiva possuem?

Esta pesquisa teve como principal objetivo identificar como é trabalhada a Educação Inclusiva na Escola Estadual Indígena, Tekator focalizando a importância da disciplina de arte no desenvolvimento educacional dos alunos atendidos. Como específicos, elencamos: Identificar a metodologia utilizada pelo professor da educação inclusiva com a turma pesquisada; Destacar quais os critérios a escola utiliza para indicar o aluno para sala inclusiva; Conhecer o critério de avaliação utilizado pelo professor responsável da sala com a turma pesquisada; Identificar a formação do professor responsável pela sala Inclusiva; Observar como o professor trabalha a disciplina de arte com os alunos portadores de necessidades especiais; Identificar os desenvolvimentos que alunos já obtiveram desde que se iniciou essa modalidade na escola e principalmente como é aceitação da comunidade em relação a essa educação especial; Verificar quais tipos de deficiências os alunos que são atendidos na sala de educação inclusiva possuem.

Este trabalho está dividido em três capítulos, a saber: No primeiro, o metodológico, descrevo todo o percurso percorrido ao longo da pesquisa, as técnicas utilizadas para coletar os dados, a justificativa da escolha do tema e, principalmente, a descrição do objeto pesquisado. No segundo capítulo, trago a parte teórica com a definição dos conceitos como: arte-educação, Educação Escolar Indígena e Educação Inclusiva, importante para reflexões construídas nesta monografia. Em seguida, apresento as análises, discussão, reflexão e conclusão do objeto de estudo, que foi discutido nesta pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente capítulo elucidará detalhadamente quais procedimentos metodológicos foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa realizada com os indígenas atendidos na Sala Multifuncional da Escola Estadual Indígena Tekator da etnia apinayé situada na Aldeia Mariazinha, localizada na região de Tocantinópolis, Estado do Tocantins. Ao longo do trabalho aparecerá o nome Apinayé com (yé) Apinagé (gé) e Apinajé (jé). Segundo Nimuerndaju (1983, p. 8) apud Almeida (2012, p.16) “o nome Apinayé foi citado pela primeira vez por Souza Villa Real, em 1793, como *pinarés e pinagés*. Mais tarde [...] nos anos de 1930 esses indígenas se autodenominavam Apinajé.” De acordo com alguns educandos indígenas apinagé da Aldeia

Patizal e da aldeia Serrinha a escrita de Apinajé (jé) fica mais fácil para alfabetizar os indígenas, em relação ao Apinagé (gé). Ambos explicam que foi dado pelos historiadores e principalmente por erro nos cartórios quando vão registrar os indígenas. Assim, o Apinayé com (yé) essa escrita, segundo eles, era pra ser o certo, mas na verdade eles estão lutando pra ser mesmo é Apinaré (ré), questão esta que já foi debatida em várias reuniões objetivando a fixação de um nome único: Apinaré.

2.2 Fundamentação da Pesquisa Etnográfica

A educação ao longo da história vem continuamente passando por grandes transformações objetivando a melhoria de ensino do indivíduo, possibilitando o mesmo a se encontrar e atuar de forma mais participativa e crítica dentro da sociedade que vive (grupos, comunidade, aldeias e etc.). Vale ressaltar que todas essas mudanças levam anos para ser transformada, isso porque a educação passa por desenvolvimentos de acordo as mudanças sociais, culturais e econômicas. Tais aspectos somente foram possíveis a partir da Constituição Federal de 1988 onde, estabelece que a educação seja direito de todos, independentemente de raça, cor, gênero ou grupo social. A partir da promulgação dessa nova Constituição foi possível a construção de escolas em todas as comunidades onde residem indivíduos, seja em áreas urbanas ou rurais.

A Educação Especial e Escolar Indígena são temáticas que foram inclusas no sistema Educacional recentemente, sendo a primeira instituída no ano de 1999 através do parecer nº14/99 2008 a e a segunda de em 2008 a partir do decreto nº 6.571/2008 de acordo com a Diretrizes da Educação. Vale salientar que algumas disciplinas da grade curricular de ensino também foram inclusas recentemente como é caso da disciplina de Arte, que se torna obrigatória na educação básica a partir da Lei n.9.394/96. Portanto, o principal objetivo desta pesquisa foi identificar como era trabalhada a Educação Especial na Escola Estadual Indígena, Tekator focalizando a importância da disciplina de arte no desenvolvimento educacional dos alunos atendidos.

A metodologia Etnográfica foi de fundamental importância para a realização desta pesquisa, pois a mesma ofereceu subsídio para a coleta de dados. Achei pertinente a utilização da mesma porque o trabalho foi realizado em uma comunidade que possui costumes e tradições diferentemente da qual residio, necessitando uma convivência maior com objeto pesquisado,

portanto “[...] investigador convive em grande parte com as pessoas entrosandose com elas [...] o pesquisador deve descobrir e interpretar sem interferência, os dados.

(LAKATOS; MARCONI 2006, p. 275)”.

A técnica da observação é o ponto forte desse processo metodológico, isso porque a mesma proporciona o pesquisador a ver detalhes que não seria possível se não fosse uma observação minuciosa. Matos (2011, p. 07) salienta que Etnografia “é a escrita do visível. A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo”. É importante trabalhar a Etnografia, porque ela possui um campo amplo que possibilita o pesquisador observar, interpretar e a compreender o objeto de pesquisa, visto que tais aspectos somente são possíveis devidos o convívio que o pesquisador possui com objeto a ser estudado. Nesse sentido,

Etnografia é também conhecida como: observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, dentre outras. Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos, por exemplo: uma escola toda ou um grupo de estudo em uma determinada sala de aula. (MATOS, 2011, p. 07).

Portanto o objeto de pesquisa foram os alunos que frequentam a Sala Multifuncional da Escola Estadual Indígena Tekator situada da Aldeia Mariazinha da etnia apinayé, em Tocantinópolis, Tocantins. Desta forma para chegar até o objeto pesquisado foi necessário realizar entrevistas semiestruturadas tanto com responsáveis pela Educação Indígena, como a Diretoria Regional de Educação de Tocantinópolis (DRE) como a coordenadora dessa regional quanto, ao orientado pedagógico supervisor e o professor da escola.

2.3 Instrumentos de coleta de dados

2.3.1 Observação Participante

Uma das técnicas que teve papel fundamental na pesquisa foi a observação participante, que tem como objetivo:

[...] estabelecer uma adequada participação dos pesquisadores dentro dos grupos observados de modo a reduzir a estranheza recíproca. Os pesquisadores são levados a compartilhar os papéis e os hábitos dos grupos

observados para estarem em condição de observar fatos, situações e comportamentos que não ocorreriam ou que seriam alterados na presença de estranhos. [...] um dos pressupostos da observação participante é o de que a convivência do investigador com a pessoa ou grupo estudado cria condições privilegiadas para que o processo de observação seja conduzido e dê acesso a uma compreensão que de outro modo não seria alcançável (MARTINS, 1996, p. 05).

O contado próximo com os indígenas possibilitou-me a conhecer melhor os seus costumes e tradições, aspectos que foram possíveis mediante as observações que foram realizadas. Desta forma Faermann (2014, p. 51) salienta que na observação participante “[...] os sujeitos são estimulados a participar da pesquisa como protagonistas, como agentes ativos, construindo o conhecimento [...]”. Ressaltando, a observação é de fundamental importância, pois “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar (MARCONI e LAKATOS, 2006, p. 277)”.

Através da observação foi possível perceber que a Aldeia possuía indígenas portadores de necessidades especiais. A observação foi muito significativa para realização da minha pesquisa, principalmente porque meu objeto pesquisado são educandos que só entendem e falam o português a partir do 07 anos de idade, e que possuem necessidades especiais como: física, mental e auditiva; portanto, exigem observações minuciosas e especiais.

2.3.2 Entrevistas

Para adquirir mais informações realizei entrevistas semiestruturadas tanto com órgãos responsáveis pela educação indígena, como a Diretoria Regional de Educação da cidade de Tocantinópolis (DRE), ao entrevistar a coordenadora dessa regional, quanto o orientador pedagógico, a supervisora e o professor da escola Indígena Tekator. Vale ressaltar que a entrevista realizada foi de cunho semiestruturado, uma vez que me possibilitou usar o diálogo que é de fundamental importância para adquirir informações dentro de determinadas comunidades, pois segundo Marconi e Lakatos, (2006, p. 280) a entrevista,

Trata-se de uma conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado. O papel de ambos pode variar de acordo como o tipo de entrevista. Todas elas têm um objetivo, ou seja, a obtenção de informações importante e de compreender as perspectivas e experiências das pessoas.

Saliento que as entrevistas foram despadronizada, ou seja, “[...] livre [...] o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que consideram adequada.

É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão”. (MARCONI e LAKATOS, 2006, p. 281). Foi um procedimento formidável para a pesquisa, pois os povos apinayés não são muitos de conversar com as pessoas “kupén” (termo utilizado por eles às pessoas que não fazem parte de sua etnia). Muito menos os alunos portadores de necessidade especiais, pois as informações surgiram através de conversas informais, sem seguir padrões. Vale ressaltar que essas entrevistas que não possuem um padrão estruturado possibilitam o pesquisador a falar elementos que muitas vezes não estavam previstos pelo entrevistador e que acabam sendo informações valiosíssimas. Com as entrevistas foi averiguada as formações do professor que é responsável pela sala de aula da educação inclusiva, quais metodologias ele utiliza para ministrar sua aulas, entre outras questões.

Ressaltando que ao ir a Aldeia Mariazinha para pedir autorização para realizar a pesquisa dentro da comunidade, tive a oportunidade de conversar com o professor responsável pela a Sala multifuncional, uma conversa meio que informal sem questionário, sem entrevista. Isso aconteceu porque o percurso da ida até aldeia é muito longe então, temos que ir de ônibus escolar dos indígenas e ficar a tarde toda até terminar as aulas deles para poder retornar para as nossas residências. Tem dias que o ônibus vem até a metade do percurso, desta forma a outra metade temos que fazer pé ate chegar ao povoado chamado Ribeirão Grande, outras vezes temos que ficar até noite esperando o ônibus dos alunos do período noturno. Portanto foi num dessas tarde que conversei com o professor onde me forneceu informações relevantes para minha pesquisa. Não foi necessário entrevista e nem questionário, apenas o diálogo.

2.6 Caracterização da área de estudo

Imagem 1 - Escola Estadual Indígena Tekator.



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Indígena Tekator da Aldeia Mariazinha da etnia Apinayé, localizada na extremidade da cidade de Tocantinópolis, Estado do Tocantins, cidade esta que tem sua história contextos de muitas lutas e principalmente disputa de espaço territorial. É importante ressaltar que os primeiros residentes desta cidade foram os indígenas que, aos poucos, foram afastados para as extremidades da cidade, onde construíram as aldeias conhecidas, como a Mariazinha e a São José.

Almeida (2012) ressalta que a área ocupada pelos indígenas é de 141.904 hectares, isso de acordo com a demarcação que aconteceu no ano 1985. A autora destaca também que antes dessas demarcações os indígenas viviam limitados apenas em duas aldeias, São José e Mariazinha. Posteriormente as demarcações dos indígenas começaram a se expandir dentre as reservas formando novas aldeias, e principalmente tendo um controle maior sobre suas terras podendo explorar, caçar, pescar e plantar. Atualmente as reservas indígenas abrangem aproximadamente 42 aldeias de acordo com os próprios indígenas, na região de Tocantinópolis.

2.7 Aldeia Mariazinha

A Aldeia Mariazinha está localizada há uma distância de 20 km da cidade de Tocantinópolis-To, próximo a cidade de Maurilândia-TO. De acordo como o IBGE (2010) a aldeia possuía 257 indígenas e a região da sua localização é conhecida pela população tocantinense como Bico do Papagaio¹.

De acordo com Almeida (2012) Mariazinha é a aldeia mais próxima do Rio Tocantins² e sua população é mista, ou seja, tem índios que são de outra etnia (krikati) e também pessoas kupéns. Durante o desenvolvimento da pesquisa participei de alguns eventos culturais nessas aldeias, onde observei um número considerável de índios casados com os kupéns (pessoas brancas).

Em relação à língua os apinayé falam tanto o português quanto a língua materna, sendo influenciada principalmente pela união de seus pais. É importante assinalar que índio casado

¹ O nome da região vem da semelhança de sua forma geográfica com a de um bico de papagaio.

² Com aproximadamente 2.400km de extensão, o rio Tocantins é o segundo maior curso d'água 100% brasileiro, ficando atrás somente dos cerca de 2.800km do rio São Francisco. O Tocantins nasce entre os municípios goianos de Ouro Verde de Goiás e Petrolina de Goiás. Ele também atravessa Tocantins, Maranhão e tem sua foz no Pará perto da capital Belém. O rio também pode ser chamado de Tocantins-Araguaia, por se encontrar com o rio Araguaia entre Tocantins e Pará. Os dois cursos d'água também dão nome à [Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia](#), que é a maior do Brasil em área de drenagem 100% em território nacional. Fonte: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins>. Consultado em 17/07/2018 às 10:52

com índio, os filhos falam a língua materna, vindo falar o português a partir do contato com a escola. Mas os pais que são casados com kupéns, seus filhos falam tanto à língua materna quanto o português. Tais aspectos, segundo Albuquerque (2009) apud Almeida (2012 p. 38), mostram que “essa situação [...] está contribuindo para o enfraquecimento da Língua Apinayé no domínio familiar”.

Para Almeida (2012, p. 39),

Os apinayé são conscientes de sua posição étnica e sabem da importância que atualmente é dada à luta dos indígenas de todo o mundo no que tange à manutenção de suas identidades lingüísticas e culturais. Esforços são concentrados no sentido de efetivar uma educação que atenda aos anseios das comunidades apinayé: uma Educação Escolar Intercultural, Bilíngüe e de qualidade, e que forme crianças e jovens para a vida numa sociedade globalizada e o exercício consciente da cidadania.

Para o processo de desenvolvimento de uma educação de qualidade a Aldeia Mariazinha dispõe da Escola Estadual Indígena Tekator, que será abordada no próximo tópico.

2.8 Conhecendo a Escola Estadual Indígena Tekator

De acordo com Almeida (2012) a escola iniciou suas atividades ano de 1960 num lugar improvisado, pois não possuíam prédios adequados para seu funcionamento. Desta forma, as aulas eram realizadas em uma capela chamada [...] “pela comunidade de Casa Redonda” Almeida (2012, p. 39), que atualmente está destruída pela ação da natureza.

Almeida (2012) salienta que a primeira professora dessa escola não era indígena, pois a mesma foi contratada pela Prefeitura. Era de responsabilidade da prefeitura atender todas as necessidades educacionais da escola. Na década de 70 a FUNAI³ assume a responsabilidade educacional da Aldeia onde constrói duas salas de aula, uma secretaria e uma cozinha agora já denominada Escola Tekator. A escola recebe esse nome em homenagem, indígena fundador da Aldeia Mariazinha.

³ A Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>. Consultado: 16/07/2018 às 12:40mn

Ressalto que os dados descritos foram retirados do Projeto Político Pedagógico-PPP da escola que ainda está em elaboração e principalmente das observações realizadas durante os dias em que estive nas aldeias.

De acordo com o PPP, no ano de 1995 o Estado assumiu a escola, com ele vieram muitas mudanças, uma delas foi à saída dos missionários da escola, ordem dada por Joana Elda, Coordenadora Geral da Gerência da Educação Indígena. Ela acreditava que a presença dos missionários na escola de alguma forma influenciava nos conceitos filosóficos dos costumes da comunidade indígena, e não de acordo com a visão cosmológica do índio de entender a sua verdadeira origem e o modo de entender o mundo.

Os primeiros professores Indígenas contratadas pelo Estado foram: Maria Célia Dias de Sousa e Maria Cipande Francisco Ribeiro da Costa Apinajé, para trabalhar com as turmas de 1ª e 2ª séries, alfabetizando na sua respectiva língua, a escola passou a funcionar em dois períodos com as turmas de 1ª e 2ª séries no turno matutino, 3ª e 4ª séries no período vespertino.

No ano de 2004 a escola foi contemplada com o ensino de 5ª a 8ª séries e o Ensino Médio Básico e EJA do primeiro seguimento. Neste mesmo ano a U.E (Unidade Escolar) foi contemplada com uma função de diretor, que foi exercida pela professora não indígena Iracelia Rocha Reis.

Em 2007 a equipe escolar teve o privilégio da realização da primeira formatura do Ensino Médio com alunos da Unidade Escolar inserida na própria comunidade indígena.

Em 2009 alguns alunos ingressaram na Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal do Tocantins. O primeiro aluno ingressar no curso superior foi o servidor efetivo do Estado e gestor na época da Unidade Escolar Sr Júlio Kamêr Ribeiro Apinajé.

Atualmente a escola possui 28 funcionários tendo como diretor Emílio Dias Apinayé. O quadro dispõe também de: secretário geral, coordenador pedagógico, coordenador de Apoio Escolar, auxiliar de apoio administrativo, orientador escolar, 13 professores sendo 07 indígenas. Vale ressaltar que o vigia a merendeira e zelador todos são indígenas

Um aspecto relevante observado é que a escola não possui um regimento próprio, ou seja, tudo é organizado pela Diretoria Regional de Educação de Tocantinópolis. De acordo com o PPP (2007 em andamento) o calendário Escolar Indígena é elaborado pela SEDUC (Secretaria de Educação) que é padrão do Estado, mas com direito a adaptação da realidade local pelo diretor e coordenação pedagógica junto ao corpo docente em plenária, fixará as mudanças necessárias considerando toda uma sistemática de orientação, mantendo todos as quesitos que

são determinados, que não pode ser mudada, assim, garantindo os 200 dias letivos de efetivo estudo.

- a) - **Período de dias letivos:** O período anual divide-se em dois semestres, perfazendo um total de 200 dias letivos.
- b) - **Período de Férias** - As férias acontecem no 7º mês do ano – mês de julho
- c) - **Recesso Escolar** - O recesso acontece no final do ano quando termina o ano letivo - em dezembro e vai até o início das aulas no ano seguinte.
- d) - **Feriados** - O calendário adotado pela U.E (Unidade Escolar) é seguido pela Secretaria do Estado da Educação com algumas alterações conforme algumas necessidades, como feriados comunitários, seguindo a tradição indígena.
- e) - **Início e término do ano letivo:** A Escola inicia as aulas no mês de Fevereiro, concluindo o 1º semestre no final de junho e reiniciando as atividades para o 2º semestre no mês de agosto até o mês de dezembro, ao completar a quantidade de dias letivos já definida.
- f) **Carga Horária de Trabalho** - A carga horária a cumprir por todos os funcionários da escola é a seguinte: alguns professores trabalham 08 horas diárias, outros trabalham apenas 4 horas por dia devido às mudanças de currículo que ocorreram e também o número de funcionários que tem crescido. Os funcionários da parte administrativa trabalham 08h por dia, perfazendo um total de 180 horas mensais.

Tekator é uma escola bem arejada e que fica no meio da Aldeia Mariazinha. Atende nas três modalidades como já foi citado, é cercada de alambrado composta por dois prédios e um espaço para a realização das atividades, possuindo 06 salas de aulas, ventiladores, banheiros, secretarias com computadores, sala do diretor, sala livros. No pátio tem uma mesa de ping-pong para os educandos indígenas brincarem na hora dos intervalos das aulas. Durante as minhas observações notei que em dias de eventos os próprios professores juntam-se com os educandos nas atividades recreativas. Diante de tais aspectos Almeida (2012, p. 47) ressalta que a escola: “[...] a LDB 9394/96 esclarece que educação escolar indígena deve ter um tratamento diferenciado das demais escolas do sistema de ensino brasileiro, sinalizando para a prática do bilingüismo e da Interculturalidade”. Além disso, desenvolve as suas atividades de acordo com as escolas urbanas, ou seja, de acordo com as escolas estaduais da cidade de Tocantinópolis. A única diferença é a metodologia que os professores utilizam para desenvolver as suas aulas e a inclusão de três disciplinas na grade curricular que são Saberes Indígenas, Língua Portuguesa materna e a disciplina de Arte que é mais direcionada para arte do próprio povo.

Em Janeiro de 2018 a Escola Estadual indígena Tekator foi contemplada com a sala de Recursos Multifuncionais⁴, demanda imposta pela própria comunidade da aldeia Mariazinha.

2.9 Caracterização do objeto pesquisado

A sala de Recurso Multifuncional da escola Tekator atende 22 alunos portadores de necessidades especiais. O responsável pela sala de aula é um professor formado em Pedagogia com habilitação em Educação Especial. Leciona desde a implementação da sala multifuncional na escola.

A sala possui aproximadamente 15m² bem arejados, localizada entre os dois blocos de sala de aulas. Além disso, têm ventiladores, materiais pedagógicos utilizados pelo professor, que são disponibilizados pela Diretoria Regional de Educação da cidade de Tocantinópolis, quando esses materiais não são suficientes ele mesmo confecciona materiais alternativos. Dispõe também de um *datashow*, caixa de som e uma mesa bem grande centralizada no meio da sala com cadeiras pequenas para os alunos serem atendidos. Vale ressaltar que os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem também são atendidos na sala de aula. Lembrando que todos os alunos portadores de necessidades especiais são atendidos em sala de aula normal, freqüentando a multifuncional no contra turno. O planejamento acontece na segunda-feira e os atendimentos em salas são de terça a sexta-feira. É importante destacar que a SEDUC é a responsável em auxiliar os planejamentos e as capacitações dos professores de salas multifuncional das aldeias e da região.

O diagnóstico é realizado pelos professores mediante uma observação minuciosa: Esse professor deve preencher uma ficha com alguns dados e enviar para um especialista da regional que vai diagnosticar se esse aluno necessita de um atendimento especializado ou não. Ressalto que os alunos atendidos são de faixas etárias diferentes, pois tem alunos do ensino infantil, fundamental e médio. Assim, as necessidades identificadas na Escola foram: Indicativo de deficiência intelectual, deficiência física e indicativo intelectual, Indicativo de Síndrome de Down, Deficiência auditiva. No próximo capítulo dessa pesquisa mostrarei o papel da disciplina de arte desenvolvimento educacional dos alunos portadores de necessidades especiais,

⁴ São espaços físicos localizados nas escolas públicas onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE. Fonte; <http://www.assistiva.com.br/ae.html> Consultado: em 19 /07/18.

elucidando a importância que a arte pode ter para o aprendizado desses educandos na comunidade Tekator.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A trajetória da arte no Brasil e sua inserção na educação

A arte estar presente no nosso cotidiano desde início da história da humanidade deixando traços até atualidade, mas no Brasil ganha visibilidade a partir da vinda de Dom João VI, que instala no país a Academia Imperial de Belas Artes, aspectos que impulsionaram a criação das Escolas Universitárias e a instalação do ensino de arte nas escolas e, sobretudo o desenvolvimento cultural do país.

Rui Barbosa um grande político na época teve papel relevante no desenvolvimento da arte no Brasil o mesmo cria um projeto educacional onde destaca o desenho como eixo importante para o trabalho. Para o mesmo o “[...] o desenho era concebido como preparação para o trabalho, e o que se propunha na época era dar um conhecimento técnico a todos os indivíduos, de maneira que, libertados da ignorância, fossem capazes de produzir suas invenções”. Barbosa (2016 p. 04). Ressaltando que nessa época os desenhos que possuíam uma maior valorização era os geométricos. Ou seja, ligado a Geometria.

A valorização do desenho geométrico aconteceu devido ao processo de industrialização que estava acontecendo, ou seja, estava iniciando a modernização do país, tais desenvolvimentos exigiam uma mão de obra especializada principalmente para as grandes construções civis e o desenho geométrico era de fundamental relevância nas edificações. “Rui Barbosa concebia o desenho como um instrumento de aprender e saber pensar, porém na perspectiva prática de adequar o Brasil às exigências da Revolução Industrial” (AMARAL, 2011, p. 08). Portanto Rui Barbosa ressaltava que “Antes de aprender a ler ou a escrever, o aluno deverá aprender a desenhar” (AMARAL, 2011, p. 06). Diante de tais aspectos pode perceber-se a importância da arte para o desenvolvimento profissional do indivíduo.

Outro fator marcante para o desenvolvimento da arte no Brasil foi a Semana da Arte Moderna que aconteceu, “em 1922 nos dias 13,15 e 17 de fevereiro. Realizou no Teatro Municipal São Paulo a primeira Manifestação coletiva de arte moderna no país. Representantes da música da literatura e artes plásticas expuseram seus trabalhos á apreciação pública” (REZENDE, 1997, p. 07). Ressaltando que esse movimento tinha como objetivo

mostra para a sociedade as novas inovações estéticas que estava sendo introduzida no campo da arte.

Lembrando que esse evento não implicou no ensino da arte segundo, Barbosa (2016) somente no ano 1927 com a passagem do regime oligárquico para o Democrático e o surgimento da Escola nova, começa-se a discutir novamente a respeito do sistema educacional e principalmente o ensino da Arte.

Nesse contexto social estava havendo uma discussão entre os liberais e Escola Nova. Os liberais defendiam que arte devia ser desenvolvida com a finalidade de preparar o indivíduo para o trabalho utilizando as técnicas do Desenho, enquanto a Escola Nova defendia a arte como instrumento mobilizador da capacidade de criar, ligando a imaginação e inteligência. Ressaltando que a Escola Nova desenvolvia suas ideias baseada nas concepções do John Dewey que trabalhava com a ideia de vivência, ou seja, “defendia as aulas práticas [...], pois a partir da experiência do fazer o indivíduo reconstrói e assimila de maneira mais significativa o conteúdo apreendido”. (SILVA, 2011, p. 10). Portanto, essas duas tendências foram de fundamental importância para o desenvolvimento da arte enquanto disciplina, pois a mesma,

[...] demarcou a tendência tradicionalista e escolanovista. Embora ambas se contraponham em proposições, métodos e entendimento dos papéis do professor e do aluno, ficam evidentes as influências que exerceram nas ações escolares de Arte. Essas Tendências vigoram desde o início do século e ainda hoje participam das escolhas pedagógicas e estéticas de professores de arte. (BRASIL, 1997, p. 25).

Somente no ano de 1971 que a arte começa emergir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.5.692 como atividade educativa, levando muitos anos ainda para ser considerada como disciplina. Somente 25 anos depois com a “Lei n. 9.394/96, Arte é considerada obrigatória na educação básica.

Ao ser incluída no sistema Educacional percebe-se que não haviam professores habilitados para trabalhar nas diversas linguagens que a mesma abrangia (Artes Plásticas, Educação musical, artes cênicas). Portanto,

Os professores de Educação Artística, capacitados inicialmente em cursos de curta duração tinham como única alternativa seguir documentos oficiais (guias curriculares) e livros didáticos em geral, que não explicavam fundamentos, orientações teóricas-metodológicas ou mesmo bibliográficos específicos (BRASIL, 1997, p. 26).

Vale Ressaltar que esse curso que preparava o professor para ministrar a disciplina de arte tinha uma duração de dois anos que segundo Silva (2011, p. 12) eram “educadores que deveriam estar aptos a praticar as chamadas Polivalências música, dança, teatro, artes plásticas e desenho geométrico nas séries de 1ª a 8ª série, em determinados casos também nas séries do 2º grau”.

Passando-se 10 anos, especificamente na década de 80, surge o movimento ArteEducação que permitiu a ampliar a discussão sobre “a valorização e o aprimoramento do professor, que reconhecia o seu isolamento dentro da escola e a insuficiência de conhecimento e competência na área”. (BRASIL, 1997, p. 30). Esse movimento ganhou destaque pelo país promovendo encontros e debates em relação à ação educativa em arte.

Com promulgação 1988 o Sistema Educacional brasileiro passa por novas transformações, pois começa a se discutir sobre uma nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional, ressaltando que a mesma retirava a obrigatoriedade da arte dos currículos de ensino, aspecto este que gerou manifestações e protesto por parte dos educadores de artes. Essas manifestações somente tiveram resultados favoráveis no ano de 1996 quando é implementado a Lei nº 9.394/96 que segundo Brasil (1997, p. 20) revoga-se as disposições anteriores e Arte é considerada obrigatória na educação básica”.

Mediante a essas discussões e debates em prol da permanência do ensino arte no currículo das escolas surgem Federação de Arte-Educadores do Brasil – FAEB, que segundo (SILVA, 2011, p.13) tinha como objetivo:

[...] lutar pela obrigatoriedade e permanência do ensino da arte bem como sua inclusão na nova lei de diretrizes e bases de 1996. Através da grande participação de arte-educadores de todo Brasil, reuniões e congressos foram realizados a fim de se discutir e defender os caminhos a serem seguidos para sua efetivação e permanência.

A relevância dessas discussões propiciou o ensino da arte sair do campo da reprodução para a apreciação estética, ou seja a valorização das idéias e emoções. Perante as transformações e espaços que, arte começou ocupar na década de 90 a professora Ana Mae Barbosa “criou a Proposta Triangular [...], que orienta o ensino de arte combinado três aspectos: a produção, a leitura da imagem e a contextualização (ASLAN, IAVELBERG, 2006, p. 04). Essa metodologia enfatizada por Babosa tinha como objetivo principal proporcionar ao educando a fazerem uma análise mais profunda em relação ao que estava produzindo. Dessa forma, para a apreciação da arte é necessário “aprender a observar, a analisar, a refletir, a criticar e a emitir opiniões fundamentadas sobre gostos, estilos, materiais e modos diferentes de fazer

arte” (AZEVEDO JÚNIOR, 2007, p. 7). Aspectos importantes para a valorização da arte enquanto disciplina, mas para que a mesma de fato aconteça é importante frisar que:

O professor e aluno necessitam de formação contínua e aprendiz em permanente, em que o aprender a aprender, seja para ensinar, seja para seguir aprendendo arte ao longo da vida, é princípio para enfrentar um mundo repleto de mudanças, conhecimentos novos e incertezas nos horizontes econômico, político, profissional, social e filosófico. (ASLAN, IAVELBERG, 2006, p. 04).

Em suma, na atualidade a arte é considerada obrigatória na educação básica promovendo o desenvolvimento cultural dos educandos. Portanto, a partir promulgação de 1988 as escolas começaram a ministrar a disciplina de artes no país, que de início foi muito importante para os professores de arte que lutaram para que a mesma integrasse no sistema educacional enquanto disciplina obrigatória. Com passar dos anos a arte foi perdendo a sua importância e, segundo Barbosa (2003, p. 109) aconteceu devido “A falta de um aprofundamento dos professores”. Desta forma essa autora ressalta que no século XX a Arte ainda é ensinada num sistema tradicional, ou seja, impede que as pessoas percebam a dimensão que a mesma abrange. Esta mesma autora acredita que tais aspectos surgiram devidos também a “livre-expressão, [...] sabemos que o espontaneísmo apenas não basta, pois o mundo de hoje e a Arte exigem um leitor informado e um produtor consciente onde sejam capazes de produzir seus trabalhos e principalmente aprender apreciá-lo criticamente o objetivo é ensinar o educando a ser um crítico reflexivo e não passivo”.

3.2 Breve Histórico da educação escolar indígena no Brasil

É sabido que os índios foram os primeiros habitantes a residir no Brasil país este descoberto no ano de 1500, considerado uns dos países, mas bonitos e cobiçados da América Latina, devido suas belezas naturais, diversidade cultural e principalmente por possuir uma população miscigenada. Foi descoberto por Portugueses que trouxeram consigo negros da África que foram escravizados por muito tempo que essa escravidão só veio acabar com a promulgação da lei Áurea de 1888, é a mistura desses três povos que forma a população brasileira logo, tornando-o um país heterogêneo principalmente no que se refere à cultura, clima, economia política, ou seja, a sociedade brasileira é composta por uma diversidade cultural. Os povos indígenas são a origem da população brasileira, portanto são:

[...] povos que já habitavam há milhares de anos essas terras, muito antes da invasão européia. [...] são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos. Entre os povos indígenas existem alguns critérios de autodefinição mais aceitos, embora não sejam únicos e nem excludentes: Continuidade histórica com sociedades pré-coloniais. Estreita vinculação com o território. Sistemas sociais, econômicos e políticos bem definidos. Língua, cultura e crenças definidas. Identificar-se como diferente da sociedade nacional. Vinculação ou articulação com a rede global dos povos indígenas. (LUCIANO, 2006, p. 26).

É importante salientar que os indígenas foram submetidos por muitos anos a adequarem-se a sistemas educacionais e sociais que não eram de suas convivências. Aspectos esses que não interferiram dos mesmos a desenvolver suas próprias culturas, tradições e costumes.

De acordo com o IBGE⁵ (2010), no Brasil existem “896,9 mil indígenas, 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural. [...] ressaltando que no ano de 1985 o Governo Federal demarcou suas terras dando o total controle para os mesmos administrá-las de acordo com suas necessidades, pois eram direitos seus que foram tirados por muitos anos”. Em 2010 registravam que as terras indígenas ocupavam um total 12,5% do território nacional como mostra o mapa a seguir:

Imagem 2 – Mapa da população indígena no Brasil em 2010.



Fonte: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacaoindigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia> consultado 29/08/2018.

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O mapa pontua com as cores marrons os locais onde possuem uma maior centralização de indígenas no país e a cores amarelas onde há menor. Ressaltando que são mais de 222 povos que falam 180 línguas diferentes, divididas em três troncos: Tupi, Macro-Jê e Aruak, lembrando que tem estudos que já verificaram a presença de outras línguas que não se enquadra nesses trocos. Os indígenas possuem costumes culturais de residirem na zona rural, pois suas subsistências são adquiridas da terra, eles plantam, caçam, pescam, enfim eles aproveitam tudo o que a terra lhe proporciona, Luciano (2006, p. 43) salienta que:

[...] cada povo indígena possui um modo próprio de organizar suas relações sociais, políticas e econômicas – as internas ao povo e aquelas com outros povos com os quais mantém contato. Em geral, a base da organização social de um povo indígena é a família extensa, entendida como uma unidade social articulada em torno de um patriarca ou de uma matriarca por meio de relações de parentesco ou afinidade política ou econômica. São denominadas famílias extensas por aglutinarem um número de pessoas e de famílias muito maior que uma família tradicional européia. Uma família extensa indígena geralmente reúne a família do patriarca ou da matriarca, as famílias dos filhos, dos genros, das noras, dos cunhados e outras famílias afins que se filiam à grande família por interesses específicos.

Apesar de ser uma comunidade diferente da maioria da população brasileira no aspecto de costumes e tradições os indígenas possuem os mesmos direitos e deveres impostos pela Constituição Federal⁶. A educação, por exemplo, é um direito de todos independentemente de grupo social, é um processo pelo qual todos os indivíduos que se encontram em sociedade precisam passar desta forma ao longo da história da educação foi, preciso se pensar em uma forma de educação que abrangesse todos os indivíduos independentemente do local e como vivem seja em grupos, sociedades, etnias logo, o nosso país possui uma enorme diversidade social, portanto é preciso que haja uma educação que inclua todas as formas de convívio social. É sabido que a Educação é um direito de todos, mas alguns grupos sociais tiveram que lutar e reivindicar para que esse direito fosse de fato cumprido dentro de suas comunidades, um exemplo específico é a Educação Escolar Indígena.

Quando falamos sobre a Educação Indígena devemos ter o cuidado para não correr o risco de dizer que os mesmos não possuem educação. Nesse sentido é importante designar Educação Indígena de Educação Escolar Indígena.

⁶ Constituição é o conjunto de leis, normas e regras de um país ou de uma instituição. A Constituição regula e organiza o funcionamento do Estado. É a lei máxima que limita poderes e define os direitos e deveres dos cidadãos. Nenhuma outra lei no país pode entrar em conflito com a Constituição. https://www.suapesquisa.com/o_que_e/constituicao.htm

A educação indígena organiza-se em processos tradicionais de aprendizagem, que envolvem saberes e costumes característicos de cada etnia. Estes saberes/conhecimentos são ensinados/aprendidos de forma oral no dia a dia, nos rituais, nos mitos e nas distintas formas de organização de cada comunidade. No entanto, várias etnias indígenas têm buscado a educação escolar como um aporte de redução da desigualdade, de afirmação de direitos e conquistas, além da promoção do diálogo intercultural entre diferentes agentes sociais. [...] a educação escolar complementa os conhecimentos tradicionais e garante o acesso aos códigos escolares não indígenas. Além disso, a formação da consciência da cidadania, a capacidade de reformulação de estratégias de resistência, a promoção de suas culturas e a apropriação das estruturas da sociedade não indígena [...] (SOBRINHO, SOUZA, BETTIOL, 2017, p. 59-60).

Observa-se que ambas se complementam, pois seus costumes e tradições também são uma forma de educação e a Educação escolar geralmente vai afirmar a importância desses costumes para seus povos.

Ressaltando que o termo Educação Escolar Indígena só teve visibilidade significativa a partir de uma conferência realizada na cidade de Luziânia no Estado de Goiás no ano de 2009 nos dias 16 a 20 de novembro. A conferência tinha como tema: I Conferência Nacional de Educação Escolar indígena, onde contaram com as presenças de professores, Movimentos indígenas lideranças entre outros. “os representantes indígenas assumiram o papel de sujeitos sociais, defendendo seus direitos culturais, educacionais e lingüísticos [...]” (BRASIL, 2014, p. 07).

Em relação às escolas direcionadas para Educação Indígena, a sua inclusão ocorreu a partir do ano de 1999, por meio do Parecer 14/99 da Câmara Básica do Conselho Nacional de Educação onde foi decretado que o:

[...] funcionamento destas escolas [...] deveriam ser localizadas em terras habitadas por comunidades indígenas, dando atendimento exclusivo a essas comunidades, por meio do ensino ministrado em suas línguas maternas, e contando com uma organização escolar própria. Esta organização escolar autônoma deveria ser elaborada com a participação da comunidade indígena, levando-se em consideração as estruturas sociais, práticas socioculturais e religiosas, atividades econômicas, formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem, além do uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena [...] (BRASIL, 2007, p. 17).

A construção das escolas no interior das comunidades indígenas foi de fundamental importância para as etnias, onde é possível ter uma educação Escola indígenas sem precisar sair de contexto social.

É relevante frisar que no dia 09 de janeiro de 2003 o Ministério da Educação criou a lei de nº 10.639, a qual estabelece obrigatoriedade da temática indígena no ensino regular. Tais aspectos são importantes para a sociedade compreender o papel que esses povos desempenharam para a construção tanto de suas identidades como para todo o povo brasileiro.

O reconhecimento da Educação Escolar Indígena favoreceu a construção de unidades escolares dentro de suas próprias aldeias possibilitando os mesmos a adquirir uma Educação Formal sem sair de sua realidade social, logo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena ressalta que: “A escola indígena hoje tem se tornado um local de afirmação de identidade e de pertencimento ético” (BRASIL 2013, p. 377). Vale ressaltar que a educação é redigida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, documentos, que norteia o planejamento curricular do sistema de educacional, ou seja, são as normas que cada tipo de educação deve adotar. A educação indígena é baseada nessas diretrizes.

As diretrizes para Educação indígena estabelecem a organização escolar da seguinte forma: Educação Infantil, que deve:

Proporcionar uma relação viva como os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo: reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elemento de constituição das crianças: dar continuidade á educação tradicional oferecida na família e articular-se ás praticam socioculturais de educação e cuidado coletivo da comunidade; adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender ás demandas de cada povo indígena. (BRASIL, 2013, p.384).

No ensino fundamental as diretrizes ressaltam que “[...] as escolas indígenas possuem autonomia para definição de seus projetos político-pedagógicos, organizarem o Ensino Fundamental de acordo com as especificidades de cada contexto escolar e comunitário” (BRASIL, 2013, p. 384). Para o Ensino Médio as Diretrizes Curriculares ressaltam que o mesmo deve:

[...] apresenta para comunidades indígenas como um dos meios de fortalecimento dos laços de pertencimento identitário dos estudantes com seus grupos sociais de origem favorecendo a continuidade sociocultural dos grupos comunitários em seus territórios. [...] o ensino médio em síntese, deve garantir aos estudantes indígenas condições favoráveis á construção do bem viver de suas comunidades, aliando a formação escolar, conhecimentos científicos, conhecimentos tradicionais e praticas culturais próprias de seus grupos étnicos de pertencimento [...] esta etapa da educação básica deve ser compreendida como um processo educativo dialógico e transformador (BRASIL, 2013, p. 388).

Além dessas três modalidades de ensino as Diretrizes Nacionais estabelecem para educação indígena a Educação Especial, Educação de jovens adultos e Educação Profissional tecnológicas. Portanto, pode-se observar que as normas que norteiam a Educação Escolar Indígena são as mesmas da educação básica, a única diferença é que todo processo de ensinamento é baseado nos costumes e tradições desse povo. Em suma, percebe-se que a educação é de fundamental importância para o indivíduo independentemente do local onde reside.

3.3 Dados escolares da educação indígena no Brasil

Vale Ressaltar que todos os dados estatísticos da Educação Escolar Indígena a seguir são referentes ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007), visto que esse censo foi realizado no ano de 2005. A seguir, são socializadas as quantidades de escolas indígenas existente no país, as porcentagens referentes ao Município, ao Estado e as escolas particulares.

Tabela 1 – Dados estatísticos da educação escolar indígena (2007):

Escolas Indígenas	Municipais	Estaduais	Particulares
2.323	51,8%	47,6%	0,6%

Fonte: Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007).

É relevante frisar que todas as escolas indígenas estão redigidas com normas e ordenamento jurídico próprios, definidos pelo Parecer 14 e Resolução 03/99 do Conselho Nacional de Educação. Observa-se que as escolas Municipais possuem uma maior predominância de alunos indígenas isso porque a maioria funciona dentro das próprias aldeias e principalmente porque são as unidades federativas que atendem as séries iniciais. Desta forma, (INEP, 2007, p. 15) aponta que:

A educação escolar indígena é uma modalidade de ensino que vem recebendo um tratamento especial por parte do Ministério da Educação, alicerçada em um novo paradigma educacional de respeito à interculturalidade, ao multilinguismo e a etnicidade.

Ou seja, é através da educação escolar que os indígenas vão conquistando seus direitos civis. É importante ressaltar que os Estados do Piauí e do Rio grande do Norte não possuem a existências de escolas indígenas, segundo o INEP.

Tabela 2 - Professores atuantes nas escolas indígenas (2007):

Professores	Contratados: Estado	Contratados: Municípios
8.431	54,6%	44,5%

Fonte: Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007).

Observa-se que a pesquisa mostra um número bem relevante de professores atuante nas escolas indígenas, porém não especifica a quantidade de indígenas e não indígenas. Outro aspecto que não é mostrado na pesquisa é presença de professores concursados trabalhando nas Escolas Indígenas. O Inep destaca também que são poucos professores que possuem um nível superior mas não chega uma especificidade do por que não são todos formados, pois destaca que para se chegar a uma explicação mais minuciosa é necessário uma pesquisa mais aprofundada.

Em relação à quantidade de alunos indígenas, a pesquisa aponta um total de 128.984 educandos, sendo 81,2%; no ensino fundamental, enquanto o ensino médio abriga apenas 2,6% dos alunos; e o ensino de jovens e adultos, 7,5%. Quando o Inep retrata sobre os materiais didáticos utilizados nas Escolas Indígenas, o mesmo destaca que apenas 41,5% contam com esse recurso didático diferenciado. A esse respeito, o Inep (2007, p. 22) salienta que:

[...] o uso de material didático diferenciado pode estar restrito a uma única cartilha, livro de leitura ou mesmo dicionário, a situação é extremamente preocupante, demonstrando a insuficiência de materiais disponíveis para uma prática de educação pautada pela interculturalidade e pela valorização dos conhecimentos e saberes próprios às comunidades indígenas. Ainda que o Ministério da Educação tenha procurado estimular a produção de materiais próprios, escritos nas línguas indígenas.

Portanto, a pesquisa aponta que as Escolas Indígenas não têm muitos materiais didáticos próprios, como são impostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Em suma, a educação escolar indígena já conquistou um enorme espaço dentro da educação brasileira, mas ainda tem muito a se conquistar, como qualquer outro tipo modalidade educacional, possuem os seus problemas e desafios, mas não são obstáculos impossíveis de se resolver.

3.4 Educação Especial: contextualização histórica

As pessoas portadoras de necessidades especiais nem sempre foram aceitas pela sociedade. No passado as pessoas que possuíam alguma deficiência eram consideradas subumanas, e muitas vezes abandonadas por suas próprias famílias, muitas vezes eram acolhidas pelos conventos e igreja.

Mendes (2010) enfatiza que foi na Europa especificamente no ano 1854 que se tiveram as primeiras experiências de locais que atendiam pessoas portadoras de Necessidades Especiais, como por exemplo, Instituto dos Meninos Cegos, e o Instituto dos Surdos-Mudos, De acordo com o autora, no Brasil essas experiências de locais acolhedores de pessoas portadoras de necessidades especiais começam a ter visibilidades somente no ano de 1874 especificamente no Estado da Bahia onde foi criado Hospital Juliano Moreira, onde tinha como função a assistência médica direcionada para pessoas com deficiência intelectual. Três anos depois no Rio é criado Escola México, na qual eram atendidos indivíduos com deficiência tanto física como intelectuais.

Ou seja, as criações desses dois lugares foram de fundamental importância para se pensar em uma educação para pessoas portadoras de necessidades especiais. Esses dois espaços com atendimento diferente foram denominados por Jannuzzi (1992) apud Mendes (2010, p. 94) como atendimentos:

[...] médica pedagógica e a psicopedagógica, caracterizadas como se segue: Vertente médico-pedagógica: mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares [...]. Vertente psicopedagógica: que não depende do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos [...].

Diante da escrita de Jannuzzi (1992) pode-se observar a presença da educação nos espaços de atendimentos médico de pessoas portadoras de necessidades especiais. Essas primeiras experiências de espaços acolhedores mostraram para a sociedade que a educação era de fundamental importância para o desenvolvimento intelectual e físico dessas pessoas, que sofria, e ainda sofre preconceito pela sociedade. Portanto, esses espaços se ampliaram chegando até as escolas especificamente no ano de 1961, onde é decretada a Lei nº 4.024/61 que dá direito a pessoas “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Vale ressaltar que essas conquistas limitavam somente nos interiores das Unidades escolares, mas

não abrangiam as salas de aulas, somente depois de muitos anos que esses espaços começaram a serem alcançados.

Em 2009 foi criada a Resolução n.04, de 2 de outubro de 2009 que Institui as Diretrizes operacionais para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade de Educação Especial. Marco que possibilitou os alunos portadores de necessidades especiais a serem atendidos nas salas de aulas. Portanto:

[...] os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiências, transtornos globais, do desenvolvimento e alta habilidade/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centro de Atendimento Educacional Especializado de rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2013, p. 302).

A partir dessa resolução fica decretado que as crianças portadoras de alguma necessidade especial devem ser inseridas no sistema de ensino regular e ter atendimento também nas salas de recursos Multifuncionais. Essas salas têm como função: “[...] complementar ou suplementar a formação do aluno por meio das disponibilizações de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”. (BRASIL, 2013, p. 302). Vale destacar que Educação Especial abrange em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino e o professor deve ter formação especificamente na área da Educação Especial para trabalhar nas salas de Atendimento Educacional Especializado.

De acordo com o (BRASIL, 2013, p. 304) para trabalhar nas salas de AEE o professor deve desempenhar algumas funções, que são:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

A Educação Inclusiva é um sistema educacional que pouco tempo foi incluso na educação, isso porque trabalhar com acessibilidade não é fácil. Exige que o profissional esteja sempre se capacitando para adequarem com as novas exigências impostas pelo sistema Educacional. A implementação desse sistema educacional proporcionou a sociedade a olhar com outros olhos para as pessoas portadoras de necessidades especiais como pessoas capazes de desenvolver suas aptidões normalmente.

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES COM UMA TURMA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA INDÍGENA

4.1 - Dados coletados na Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Tocantinópolis

No presente capítulo apresento as análises e o trajeto que percorri para coletar os dados da minha pesquisa. As primeiras informações que adquiri foi na Regional de ensino da cidade de Tocantinópolis conhecida como DRE (Delegacia Regional de Ensino). Ao ir nesse local o meu objetivo principal era conhecer como é trabalhada a disciplina de arte nas escolas indígenas apinayé da região. Mas, ao entrevistar a Supervisora sobre a quantidade de escolas que tinham na região ela me relatou que tem 14 escolas indígenas, visto que as escolas que tem a modalidade de ensino médio possuíam Sala Multifuncional que atendiam indígenas portadores de necessidades especiais. Fiquei surpresa em saber que a educação inclusiva já abrangia as aldeias indígenas dessa localidade. Então me surgiu o interesse pelo tema. Ao sair da sala de entrevista fui até o meu orientador dizer que queria mudar a pesquisa. Foi então que ele me sugeriu a montar outro pré-projeto a respeito da temática interessada. Após esse processo, voltei até a DRE novamente e realizei outra entrevista com a supervisora da Educação Indígena.

Foi nesse espaço que fiquei sabendo que as Escolas Indígenas não possuem um regimento próprio, pois todas as suas diretrizes são baseadas de acordo com a regional de ensino

da cidade de Tocantinópolis. Ela me informou ainda que atualmente a regional possui 04 escolas indígenas de ensino médio que são: A Escola Estadual Indígena Matik, localizada na Aldeia São José; Escola Estadual Indígena Katan, localizada na Aldeia Palmeiras; Escola Estadual Indígena Tekator; localizada na Aldeia Mariazinha; e a Escola Estadual Indígena Kunitu, localizada na aldeia Patizal. Ao todos são 14 escolas indígenas funcionando e 04 salas de aulas de extensão, ou seja, as aldeias que não possuem escolas as aulas são ministradas em barracões de palhas com séries multisseriadas, isto é, do Jardim ao 5º ano. A supervisora relatou que em dias de chuva fica quase impossível dar aula nesses locais devido à estrutura física inadequada para receber aulas.

Foi me relatado também por ela que nenhuma escola indígena está com o PPP (Projeto Político Pedagógico) pronto, uma vez que todas estão com esse PPP em desenvolvimento. Em relação ao quadro de professores indígenas há um total de 15, divididos nessas 14 escolas. Porém, vale lembrar que em todas as salas de extensão o professor responsável é indígena, como também os funcionários da limpeza, merenda e auxiliar de serviços gerais. A supervisora falou que todas as escolas são cadastradas no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), registrada no SGE (Sistema de Gerenciamento Educacional).

Em relação às disciplinas, são iguais as escolas urbanas, sendo diferente somente 03 que são: Língua materna, Saberes indígenas e arte indígena. Nas escolas são ministradas 05 aulas de português e 05 maternas. Os conteúdos trabalhados são os mesmos das escolas urbanas, assim como os horários, visto que as únicas diferenças são as metodologias que os professores utilizam.

Foi me relatado também que algumas escolas indígenas já possuem internet. Porém, ao perguntar para ela como era a questão da merenda nas escolas, a supervisora relatou que o cardápio tem que passar pela nutricionista e, principalmente, pelo próprio indígena, pois se eles não aceitarem o cardápio ele não vai para escola. A supervisora falou que eles não gostam de couve e nem alface na alimentação escolar. Diante de todas as informações adquiridas na DRE, fui para a aldeia Mariazinha como mostra a fotografia 01, fica Localizada a 20 km da cidade de Tocantinópolis.

Imagem 3 - Dados coletados na Escola Estadual Mariazinha.



Fonte: Santos (2018).

É importante frisar que para ir coletar os dados na Aldeia, você tem que ir juntamente como os professores da cidade que trabalham na aldeia, ou seja, no ônibus escolar. O ponto de encontro fica numa praça da cidade de Tocantinópolis chamada “Dores” e esse ônibus sai rumo ao aldeia exatamente às 11h30mn, retornando às 22h00mn da noite. O trajeto para voltar era meio complicado, pois tinha que voltar no ônibus que deixava os alunos numa aldeia próxima ao Povoado Ribeirão Grande, e para chegar nesse povoado, o restante do trajeto era feito a pé até uma distância de aproximadamente 3 km. Muitos relatos dos indígenas e motoristas de ônibus ressaltavam para ter cuidado com as onças, pois muitas pessoas já tinham vistos esse animal nessas estradas. Algumas vezes tinham professores que me acompanhavam, outras vezes vinha somente eu e outras colegas do curso que também pesquisavam na mesma aldeia.

Apesar de todas essas dificuldades consegui coletar todos os dados para minha pesquisa. O entrevistado da Escola Estadual Indígena Mariazinha foi o Orientador Pedagógico, destacando que ele não é indígena. Ele me relatou que a escola possui a Sala Multifuncional desde início do ano de 2018 e me informou que não é utilizado mais o termo AEE (Atendimento Educacional Especializado) pela unidade escolar, pois segundo ele, “*agora nós chamamos de sala de reforço, porque os alunos e as famílias não gostam desse termo e eles dizem que não são doidos*” (Orientador Pedagógico). Pude constatar na fala do Orientador que, apesar de tantos anos de luta pela inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas,

ainda há pouco aceitação por parte da sociedade, ou talvez, seja por não ter conhecimento com o assunto.

O orientador me relatou também toda a estrutura da escola dizendo que a mesma possui:

- ✚ 04- Salas de aula do ensino regular.
- ✚ 01- Sala Multifuncional.
- ✚ 01 Sala de leitura.
- ✚ 01- Cantina.
- ✚ 01-Sala que serve para a coordenação, coordenação de apoio e orientação educacional.
- ✚ 01- Sala dos professores.
- ✚ 01 Secretaria que dá acesso a sala da direção

Fui informada também que a escola tem um total de 302 alunos indígenas frequentando essa instituição. Além disso, segundo o orientador, existem 104 alunos matriculados no ensino infantil, 126 no ensino fundamental, 72 no ensino médio, 22 na Sala Multifuncional e 02 alunos não índios, totalizando 325 alunos matriculados. Vale destacar que a escola é cercada com metade muro de tijolo e a outra metade tela e seu terraço é todo de terra batida. A pintura da Escola é baseada na cultura deles, onde foram utilizada as cores vermelha, branca e preta, aspectos que podem ser vistos na fotografia 01.

Imagem 4 - Sala multifuncional.



Fonte: Santos (2018).

Além disso, para compreender a relevância que a disciplina de arte possui no desenvolvimento educacional dos alunos atendidos na Sala Multifuncional, entendi também ser pertinente entrevistar o professor responsável por essa turma.

O professor me relatou que é formado em Pedagogia e em Educação Especial, o que demonstra que, pelo menos, ele tem formação na área a qual atua na escola indígena. Ele está a frente da turma desde quando foi instalada essa sala na escola em 2018. Atualmente, ele atende 11 educandos, de terça a sexta-feira, nos dois turnos: matutino e vespertino, visto que a segunda-feira é destinada ao planejamento.

O professor pesquisado me relatou que trabalha com todas as disciplinas com esses estudantes e que tem sempre um técnico na Regional (DRE) para lhe dar suporte. Além disso, os materiais pedagógicos utilizados na sala Multifuncional são confeccionados pelo próprio professor e, outros como laptop, foram doados por essa Regional de Ensino. Pude observar que na sala tem um retroprojeter, mas o professor relatou que esse material foi adquirido com recursos próprios. Abaixo, socializo a fala do professor que descreve um pouco mais sobre o seu trabalho com essa turma:

Eu trabalho muito com o retroprojeter para mostrar desenhos, imagens música para eles, eu faço sempre visitar domiciliar para conhecer um pouco mais da realidade dos meus educandos. Eu trabalho com eles todas as disciplinas, mas é a disciplina de arte que ajuda na coordenação motora e como eles têm dificuldade de falar a arte ajuda, pois através da pintura os alunos falam muita coisa. (Professor da sala multifuncional da Escola Estadual Indígena Tekator).

Observei na fala do professor a importância que a disciplina de arte possui no desenvolvimento educacional dos alunos atendidos na Sala Multifuncional, pois a mesma auxilia ele em todas as disciplinas e, principalmente, tem a capacidade de estimular o aluno a expressar os seus conhecimentos através de desenhos e pinturas, ou seja, o professor trabalha mais com as artes com os seus alunos. Outro aspecto que notei na fala do professor é a questão da valorização da disciplina de artes, pois ela não é vista apenas como uma forma de recreação, ela é utilizada para ajudar a incluir os alunos que muitas vezes são excluídos pela sociedade, principalmente porque eles são vistos equivocadamente como indivíduos que não têm capacidade de aprender e, com a arte, o professor pode mostrar que eles aprendem sim a conhecerem as letras, desenhar e conseguem ser criativos. Além disso, pude observar que, embora eles apresentem dificuldades para ler e escrever, a arte ajuda eles a melhorar esse

processo de leitura e escrita. Em suma, o professor pode não ser formado em artes, mas consegue utilizar métodos que proporcionem aos educando desenvolverem o processo de ensino e aprendizado, uma vez que eles são portadores de necessidades especiais da Escola Estadual Indígena Tekator.

4.2 O pensar Docente na Educação inclusiva

As observações foram realizadas na Sala Multifuncional da Escola Estadual indígena Tekator, localizada a 20 km da cidade de Tocantinópolis. Atualmente essa sala atende 11 alunos, indígena portadores de múltiplas deficiências.

1º Dia de observação na Sala Multifuncional na Escola Estadual indígena Tekator

A Sala multifuncional atende nos dois períodos: matutino e vespertino. Dessa forma, os educandos são atendidos no contraturno de suas aulas, mas têm alguns alunos que cursam outras disciplinas que “batem” com o horário, assim, eles precisam sair da aula para ir para a Sala Multifuncional, na qual eles ficam 01 hora nela. Posteriormente, eles retornam para a classe de aula regular. Quero lembrar que quando tem somente um aluno para atender, ele fica a tarde toda com o professor, visto que as aulas têm início às 13h00min e término as 17h00min.

Antes de cada observação a ser realizada das aulas, o professor me relatou o perfil da aluna que iria ser atendido naquele dia. A primeira educanda indígena que observei na sala multifuncional tinha a deficiência de baixa visão. Esse conceito é definido sobre dois termos: o Clínico e o Educacional. O primeiro descreve a Baixa Visão como uma:

[...] doença e sua definição se caracterizar por exames de acuidade visual e testes como aparelhos médicos sem considerar o indivíduo e seu as características pessoais e consideram também a visão funcional do indivíduo. (PEREIRA, 2012, p. 19).

Ou seja, o indivíduo possui uma redução visual que interfere no seu desenvolvimento mesmo depois de fazerem correções médicas. O educando observado teve o diagnóstico de baixa visão nos termos educacionais, ou seja, a própria escola que fez o diagnóstico. Vale destacar que esses diagnósticos foram realizados mediante várias avaliações e observações feitas pelo professor responsável pela sala de aula que o aluno frequenta.

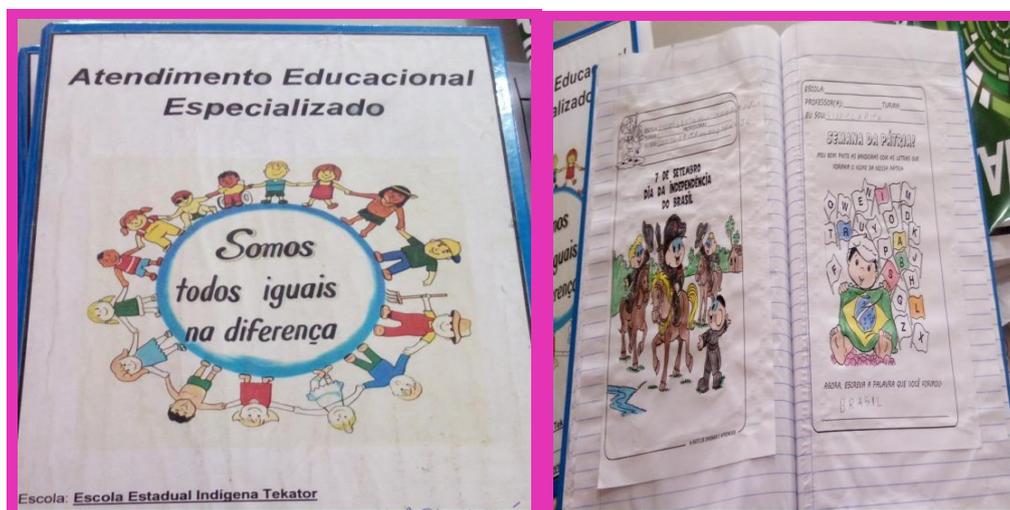
[...] é caracterizada pela impossibilidade do indivíduo de enxergar à distância, devido às alterações diversas no globo ocular. Esta condição reduz as informações recebidas do ambiente, limita a quantidade de dados importantes para a construção de conhecimento do mundo em que vive o que resulta na restrição de informações. Portanto, é preciso compreender que é possível que a pessoa com baixa tenha conhecimento mais restrito do que as demais pessoas. (SILVA; KATO, 2014, p.04).

A baixa visão diagnosticada pelo olhar educacional diz que o aluno com essa dificuldade não é impedido de frequentar a escola, a única diferença é a metodologia que o professor vai utilizar com esse educando para que ele possa aprender. As pessoas com baixa visão podem ter dificuldades de enxergar de longe ou, muitas vezes, de perto. A educanda observada tem dificuldade de enxergar de longe, portanto não consegue copiar atividade do quadro negro. Devido a essa deficiência, o professor responsável pela Sala Multifuncional utiliza o método de atividades impressas para que essa educanda tenha um melhor acesso com a atividade e para que possa desenvolvê-la.

Notei que ao pegar a atividade, ela aproximou de seu olho e logo em seguida colocou essa atividade sobre a mesa e abaixou a sua cabeça pra ficar bem próximo dela. Como as observações aconteceram na semana das comemorações do dia 07 de Setembro, a atividade trabalhada pelo professor era fundamentada no tema “Independência do Brasil”. A priori, ele explicou o que era comemorado no dia 07 de setembro e depois solicitou a educanda que pintassem a bandeira do Brasil e as letras que formavam o nome do país.

Abaixo, socializo a imagem que mostram o caderno de um da educanda que freqüentam a sala Multifuncional e a atividade realizada.

Imagem 5 – Atividade realizada por um educando de baixa visão.



Fonte Santos(2018).

A imagem a esquerda mostra a capa do caderno do educando. É importante ressaltar que os alunos não levam os cadernos para a casa, pois eles ficam sempre na escola. Outro aspecto a ser apontado é que essa capa é padronizada para os demais alunos assistidos na Sala Multifuncional. Todas as atividades impressas são colocadas nesse caderno. Além disso, os desenhos impressos na capa mostram “*que somos todos iguais nas diferenças como mostra na frase*”. (Professor da Sala Multifuncional).

A imagem a direita é a atividade que a educanda com baixa visão realizou em um dos dias da observação. Apesar de ter baixa visão ela conseguiu fazer a atividade que o professor tinha solicitado. Diante disso pude constatar que ela conhece todas as letras do alfabeto e não teve dificuldades de pintá-las com o nome de Brasil, mas notei que as cores utilizadas por ela no seu desenho foram basicamente escuras.

No entanto, o professor me relatou que essa educanda, na maioria das vezes, esquecia quase todo o conteúdo trabalhado na aula anterior que, para trabalhar um pouco essa deficiência, ele buscava problematizar a escrita do nome dela; portanto, praticamente todos os dias ele pedia para ela fazer o seu próprio nome para que ela não o esquecesse novamente. O professor disse ainda que ela não esquece mais tanto as coisas.

Outra atividade que ela desenvolve muito bem, segundo o professor, é a pintura. Sobre isso, mostro abaixo uma das atividades realizadas por ela.

Imagem 6 – Pintura da educanda com baixa visão.



Fonte: Santos (2018).

É possível observar que o seu desenho está relacionado ao seu cotidiano, ou seja, direcionado para o campo e cultura indígena. Pois a mesma mora em uma Aldeia como já foi relatado anteriormente. Percebi também que as cores estão relacionadas com os desenhos. Em seu desenho é possível notar que as árvores são verdes, as nuvens azuis e que o sol é amarelo, e que a pintura dela não ultrapassa as margens do desenho. Constatei também que ela, apesar de ter baixa visão, isso não a impede de distinguir que cada objeto que está ao seu redor tem um lugar específico, ou seja, ela consegue entender que a casa é no chão, que as árvores e a montanha também têm os seus lugares, e que o sol e as nuvens ficam no céu.

Diante de tais aspectos observei que através da arte esta aluna consegue expressar um pouco do seu cotidiano, aspecto possível porque são elementos que fazem parte de sua realidade. O professor relatou ainda que os alunos assistidos na Sala Multifuncional são bastante tímidos e quase não falam, mas tem na arte um meio de ele, enquanto professor, conhecer cada um deles, principalmente quando eles explicam o que desenharam.

2º- Dia de observação na Sala Multifuncional na Escola Estadual indígena Tekator

No segundo dia de observação a aula teve início as 15h45min e o atendimento na Sala Multifuncional aconteceu com duas meninas nesse dia, sendo uma portadora de deficiência física, pois a mesma tem má formação nos membros inferiores e superiores, e a outra de Síndrome de Down. São duas meninas alegres, mas também muito tímidas. Antes mesmo de elas entrarem na sala multifuncional, o professor me relatou sobre essa timidez delas.

Assim, ao entrarem na sala e me observarem, elas olharam uma para outra e baixaram a cabeça com um sorriso expressivo no rosto e foram logo sentando nas cadeiras, sempre de cabeça baixa. Em seguida, o professor deu “boa tarde” e perguntou como elas estavam, elas olharam para mim cabisbaixa e apenas sorriram, como resposta a sua pergunta feita.

Diante de tais aspectos entendi ser pertinente observar sem elas perceberem muito a minha presença na sala. Diante disso, peguei um caderno e comecei escrever como se não estivesse ali naquela sala. No meu entendimento, a estratégia funcionou, pois o professor iniciou a atividade e elas começaram a fazê-la, mas sempre me olhando. A atividade era a mesma da aula anterior utilizada com os outros educando, ou seja, sobre a Independência do Brasil, que consistia na pintura de um desenho e na identificação das letras do nome do país.

Abaixo mostro outra imagem referente a essa aula:

Imagem 7 - Educanda com deficiência física e a segunda com síndrome Down.

Fonte: Santos (2018).

É nítido na foto que, embora uma das educandas tenha má formação no membro superior direito e nos dois membros inferiores, não a impede de realizar as suas atividades escolares. É importante salientar que a deficiência,

[...] é marcada pela perda de uma das funções do ser humano, seja ela física, psicológica ou sensorial. O indivíduo pode, assim, ter uma deficiência, mas isso não significa necessariamente que ele seja incapaz; a incapacidade poderá ser minimizada quando o meio lhe possibilitar acessos. (BRASIL, 2007, p. 21).

Nesse sentido, pude observar que a deficiência física da educanda não impede que ela realize as suas tarefas ou, até mesmo, que se socialize com os seus amigos na escola, o que é importante para a sua formação plena. Observei-a na hora do recreio com os outros alunos e percebi que tem uma socialização normal com eles. Além disso, para tentar ampliar um pouco sobre a deficiência física, o Decreto n. 3.298 de 1999 da legislação brasileira ressalta que esse tipo de deficiência é:

[...] acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 2007, p. 22).

É importante frisar que durante as pesquisas e observações realizadas nessa sala na escola pesquisada eu não tive informações a respeito da deficiência dessa educanda observada.

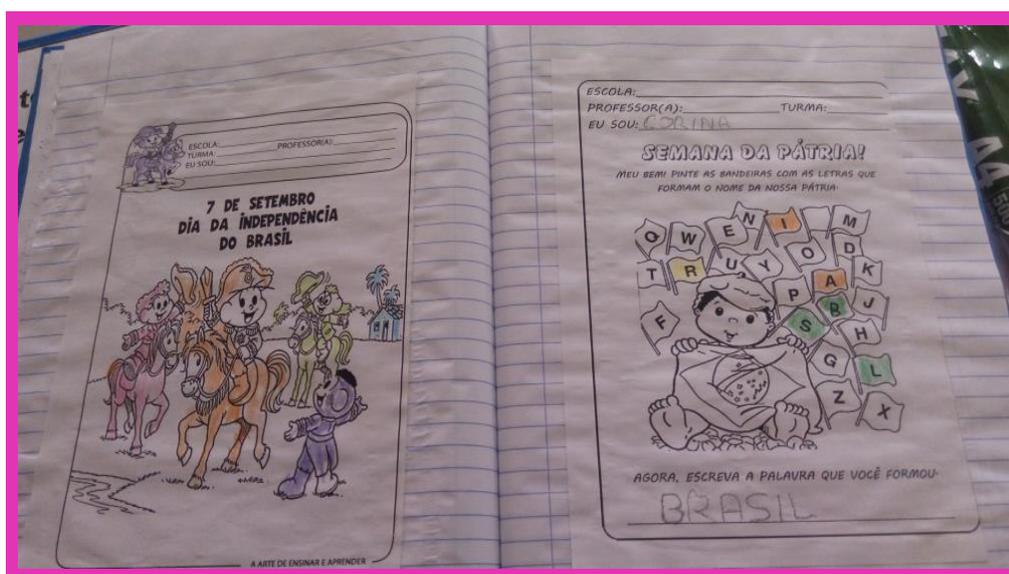
Por outro lado, a educanda com a síndrome de Down (a estudante de blusa rosa com short jeans da fotografia 03) frequenta o 5º ano do ensino fundamental regular e é atendida na sala multifuncional no contra turno. A Síndrome de Down se refere a,

[...] é definida por uma alteração genética caracterizada pela presença de um terceiro cromossomo de número 21, o que também é chamado de trissomia do 21. Trata-se de uma deficiência caracterizada pelo funcionamento intelectual inferior à média, que se manifesta antes dos 18 anos. (GONÇALVES, 2015, p.15).

As pessoas com deficiência de Síndrome de Down possuem o processo cognitivo lento, ou seja, demoram a processar as informações que lhe são transmitidas, tendo também dificuldade de comunicação, aspectos específicos que a escola deve trabalhar com educando quando são inseridos em uma unidade escolar.

Além disso, o professor da Sala Multifuncional me relatou que a melhor maneira de trabalhar o desenvolvimento da educanda com esse tipo de deficiência é por meio de pinturas e vídeos, pois ela gosta muito de assistir e de produzir pinturas. Foi notado que apesar da deficiência dela, conseguiu realizar a tarefa que o professor propôs (independência do Brasil), como mostra a imagem abaixo:

Imagem 8 – Atividade realizada pela educanda com Síndrome de Down.



Fonte: Santos (2018).

Observei ainda que na sua atividade ela utilizou cores mais frias com uma boa coordenação motora no desenvolvimento do desenho. Notei também que ela pintou essa atividade dentro do suporte (papel) sem sair das margens do papel. Além disso, com a ajuda do professor, a mesma conseguiu fazer o nome do Brasil e o seu próprio nome, mas todos com letra maiúscula. No final da aula o professor colocou o desenho do João e o pé de feijão para elas assistirem e, depois do filme, o docente finalizou a aula se despedindo delas. Disse, por fim, que no dia seguinte tinha aula novamente e era para elas não faltarem. Após a sua fala, elas olharam para ele, sorriram e saíram em silêncio.

Ao ficar na sala com o professor, ele me relatou que a pintura e os vídeos são os elementos que mais chamam a atenção dos alunos que frequentam a sala Multifuncional. Ele me disse ainda que trabalha sempre com imagens, pois elas ajudam no desenvolvimento dos seus alunos, principalmente quando essa imagem é referente ao cotidiano deles, ou seja, quando faz parte de suas realidades, aspecto esse que pode ser observado no desenho da primeira educanda observada, ao representar a sua casa no meio da natureza, onde pode-se fazer relação do desenho dela com a sua própria aldeia.

Vale lembrar que essas duas educandas foram assistidas a tarde toda, pois o aluno da aula seguinte não veio, o que levou o professor a ficar com elas a tarde toda.

3 °- Dia de observação na Sala Multifuncional na Escola Estadual indígena Tekator

A terceira observação que realizei foi com um educando que possui Indicativo Intelectual, ou seja, Deficiência Mental, que se refere “a atrasos no desenvolvimento intelectual e manifesta-se por reações imaturas aos estímulos ambientais e desempenho social abaixo da média” (COELHO, COELHO, 2011, p.02).

O educando conhece muito pouco as letras do alfabeto. Nesse dia, a metodologia que o professor trabalhou com ele foi o recorte e colagem, ou seja, “são procedimentos no ensino de arte que contribuem para o desenvolvimento da psicomotricidade, para o processo cognitivo e viso motor e para a elaboração estética do espaço.” (PINHEIRO; TEIXEIRA, 2010, p. 12). Nessa atividade ele pediu que o aluno procurasse na revista as vogais, recortá-las e colá-las no seu caderno.

Ele procurou lentamente as letras e recortou elas e, com ajuda do professor, as colou no caderno. A segunda atividade consistiu em trabalhar com as vogais que tinham o seu desenho. Nesse exercício, ele tinha que pintar os desenhos para depois escrever o nome que eles

representavam, da seguinte forma: “A de avião”; “E de elefante”; “I de igreja”; e assim por diante. Para finalizar essa tarefa que mais se assemelhava a uma atividade de alfabetização, o professor pediu a ele para ler todas as vogais. Nesse momento, observei que ele conhecia algumas, principalmente a letra I de Índio.

A esse respeito, socializo abaixo uma imagem que mostra o educando realizando essa atividade na Sala Multifuncional.

Imagem 9 - Educando realizando atividade com recorte.



Fonte: Santos (2018).

Notei que, quando o professor pegou o livro de recorte, imediatamente o educando pegou a tesoura e a cola e colocou próximo dele, junto com os pedaços de papel que ele colocava dentro duma caixa próxima ao chão. Ele recortou todas as letras e as vogais e conseguiu colá-las no seu caderno. Pude constatar que a coordenação motora do educando ainda está em desenvolvimento. Além disso, ao longo da minha pesquisa observei também que este educando sempre está presente no meio escolar, interagindo com os demais alunos. Vale lembrar que ele é morador de outra aldeia e que vem todos os dias com a sua mãe no ônibus para ser atendido na Sala Multifuncional da escola.

4.3 Aspectos decorativos da Sala Multifuncional

Constatei também durante esta investigação que a decoração da sala de aula é realizada pelo próprio professor, sendo que nesse mesmo espaço, é destinada uma parte para expor a

atividade realizada pelos alunos. O professor relatou que é importante ter um calendário para ir trabalhando a questão de tempo, datas e números com os educandos, visto que não podem faltar também os números, muito menos as palavras denominadas de “palavras mágicas”, como “por favor”, “obrigado”, “com licença” entre outras, que segundo ele, são muito importantes para trabalhar a questão da educação uns com outros.

Nesta mesma sala tem um pequeno mural com a descrição “Seja bem Vindo” com os nomes dos alunos logo abaixo. Apresenta também o alfabeto com letras Maiúsculas e um alfabeto da língua deles representado por figuras. Na sala há também um mural das sílabas do alfabeto.

Logo abaixo mostro algumas imagens que mostram um pouco das visualidades presentes nessa sala, muitos próximos de decorações das paredes da sala multifuncional da Escola indígena Tekator, mas, também, para auxiliarem os alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Imagem 10 – Trechos de imagens da Sala Multifuncional com temas decorativos.

Bandeira do Brasil.



Desenhos sobre a cultura.



Fonte: Santos. (2018).

Palavras Mágicas.



Numerais de 0 a 10.



Fonte Elaborada pela autora(2018).

Imagem 11 - Mural de bem vindos.



Fonte: Santos (2018).

Diante dessas imagens pude observar a importância da arte na vida educacional dos alunos com necessidades especiais, uma vez que a arte tem a capacidade de estimular o indivíduo a se expressar através da prática artística em suas diferentes manifestações, sendo predominante, os desenhos, as colagens e as pinturas. Ao observar os alunos da sala percebi também que eles não conhecem muito bem as letras do alfabeto da língua portuguesa, e para ensiná-los o professor sempre utiliza da arte.

Nesse sentido, para ensinar o alfabeto como foi mostrado nas atividades onde os alunos têm que destacar as letras dele pintando ou, até mesmo, utilizando o método do recorte e colagem, notei também que através da arte o professor consegue dialogar com os alunos, pois a maioria de suas pinturas é de acordo com o meio social que eles convivem, o que é importante para produzirem conhecimento a respeito da sua cultura.

Vale lembrar que a pessoa portadora de deficiência tem poucas oportunidades de realização acadêmica, principalmente porque ainda são vistas de forma equivocada pela sociedade como incapazes de produzir ou aprender alguma coisa. Durante a observação nesta investigação, constatei que esses alunos são capazes de aprender, independente dos níveis de

dificuldades de cada um. O importante é que eles conseguem aprender e a arte tem papel relevante nesse processo.

É importante ressaltar nessa discussão que quando começou a se discutir sobre uma educação para os portadores de necessidades especiais, foi pensado numa educação separada da escola somente em 1988 com a Constituição Federal Brasileira, da qual foi anunciada que a educação é direito de todos, independentemente de raça, cor ou classe social. Foi a partir dessa Carta Magna que deu início a discussão sobre a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais na educação brasileira.

Contudo, é importante destacar também que somente no ano de que 2001 é que foram instituídas as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Ou seja, todo aluno deve ser matriculado na escola, visto que cabe a unidade escolar se organizar para atender aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Vale lembrar também que essa conquista abrangeu todos os níveis de escolaridade, pois o aluno portador de necessidades especiais poderia seguir os níveis educacionais normalmente. Nesse momento, foram também designadas diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, para atender essa nova demanda educacional.

Nesse debate, no ano de 2002 foi criada a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ou seja, um meio legal de comunicação e expressão na educação inclusiva, o que foi uma conquista significativa para a área. Neste mesmo ano também foi criado o Braille⁷ a partir da Lei 2.678. É possível perceber que cada ano que passa a educação inclusiva conquista mais espaço na educação brasileira.

A educação inclusiva é trabalhada dentro da Escola Estadual Indígena Tekator da aldeia Mariazinha desde o início do ano de 2018. Sobre isso, o professor me relatou que já observou melhoras na coordenação motora de alguns alunos e no seu raciocínio lógico. Segundo ele, quando o aluno tem déficit de atraso nas atividades realizadas é trabalhado com ele a

⁷ O sistema Braille é um processo de escrita e leitura baseado em 64 símbolos em relevo, resultantes da combinação de até seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos cada. Pode-se fazer a representação tanto de letras, como algarismos e sinais de pontuação. Ele é utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão, e a leitura é feita da esquerda para a direita, ao toque de uma ou duas mãos ao mesmo tempo.

O código foi criado pelo francês Louis Braille (1809 - 1852), que perdeu a visão aos 3 anos e criou o sistema aos 16. Ele teve o olho perfurado por uma ferramenta na oficina do pai, que trabalhava com couro. Após o incidente, o menino teve uma infecção grave, resultando em cegueira nos dois olhos. Site consultado:

<https://novaescola.org.br/conteudo/397/como-funciona-sistema-braille> 14/10/2018.

alfabetização, para que possa se desenvolver mais. Foi relatado também por ele que os professores têm capacitações que ajudam o professor a organizar a sua aula, uma vez que eles (coordenadores da educação inclusiva) orientam como o professor deve ministrar as suas aulas a partir das especificidades de cada aluno.

Além disso, o professor falou também que ao longo desses seis meses a maior dificuldade que ele já teve com a turma da Sala Multifuncional foi trabalhar com a deficiência auditiva, porque o aluno não sabe intercalar e nem assimilar as coisas, pelo fato de não conseguir ouvir e falarem. Vale destacar que durante as minhas observações não tive a oportunidade de conhecer o educando que tem a deficiência auditiva, pois ele não foi em nenhuma das aulas que observei durante a pesquisa, talvez pelo fato de não ter na escola um profissional especializado que pudesse ajudá-lo nas aulas, com Libras, por exemplo.

Notei que a escola, apesar de ter uma Sala Multifuncional, não dispõe de acessibilidade, ou seja, condições necessárias para receber os alunos portadores de necessidades especiais. Pois, a entrada da sala multifuncional tem degraus em vez de rampas, os banheiros também não são adequados. Observei que a educanda portadora de deficiência física tem dificuldade de subir as escadas, principalmente quando vai para sala de aula ou quando tem que ir ao bebedouro.

É importante frisar que ela anda com os joelhos, pois ela não tem os pés como mostra a fotografia 06 deste capítulo. Porém, o professor me relatou que já tem o projeto de tornar toda a escola acessível, pois, segundo ele, *“são aspectos que demora um pouco e principalmente porque que agora que a sala tem 08 meses de funcionamento, mas já foi falado que vão arrumar ela toda.* (Professor da Sala Multifuncional)

Imagem 12 - Entrada da sala



Fonte: Santos (2018)

Por fim, perguntei ao professor à importância da disciplina de arte no desenvolvimento educacional dos alunos atendidos na escola, e assim ele me respondeu:

ela ajuda os alunos na coordenação motora, visomotora, muitas vezes eles não gostam de fazer as atividades normais, então através da arte que eu procuro um desenvolver um bom trabalho com ele principalmente fazer com que eles tenham autonomia, muitas vezes tem vergonha de se expressar e é na arte que eles podem fazer isso e como estamos com os indígenas a arte ajuda a não sair da cultura deles.

Diante da fala do professor podemos perceber a relevância do papel que a disciplina de arte possui na vida educacional do indígena portador de necessidades especiais. Como já foi relatado nesta pesquisa, eles não sabem ler e nem escrever, mas através da arte eles conseguem demonstrar e expor a sua capacidade intelectual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar os indígenas apinayé é muito importante porque é uma população que faz parte da história do nosso país, mas que poucas pessoas possuem esse entendimento, principalmente quando se estuda os indígenas portadores de necessidades especiais, uma temática pouco discutida no Brasil com esses povos. É importante frisar que vivemos em uma sociedade no qual as pessoas portadoras de deficiência são vistas como “incapazes” de produzir ou aprender alguma coisa e, quando esses indivíduos são indígenas que vivem isolados do meio urbano, a situação se torna ainda mais complicada.

Ao pesquisar os indígenas portadores de necessidades especiais da escola Tekator da aldeia Mariazinha-TO, constatei que eles são capazes de aprender, mesmo apresentando as suas dificuldades de aprendizagem, mas aprendem. E a arte tem papel relevante nesse processo, pois teve a oportunidade de observar os educandos desenvolvendo a sua aprendizagem por meio de desenhos e pinturas. Verifiquei ainda que a maioria dos desenhos produzidos por eles estava relacionada aos seus cotidianos, o que é importante, pois o processo de ensino e aprendizagem não deve estar desconexo da realidade dos estudantes.

Constatei ainda que toda aula, independente se fosse de artes ou não, o professor trabalhava com conteúdos artísticos. Por exemplo, se a aula era para conhecer as vogais do alfabeto, ele primeiramente solicitava que os alunos pintassem os desenhos e, em seguida, pintassem as letras. Apesar da deficiência que eles possuíam, relatadas nesta pesquisa, todos conseguiram realizar as atividades, o que significa um ponto positivo e significativo. Porém, o que mais me chamou a atenção é que eles não têm o domínio da escrita e falam muito pouco, mas ao desenhar, a pintar; portanto, ao utilizarem da arte, eles tinham a consciência do espaço que cada objeto desenhado ocupava naquele momento e conseguiam desenvolver a sua percepção visual a partir dos trabalhos de artes desenvolvidos por eles.

Desta forma o objetivo dessa pesquisa foi analisar como era trabalhada a educação inclusiva na Escola Estadual Tekator da Aldeia Mariazinha, focalizando a importância da disciplina de arte para o desenvolvimento educacional dos alunos atendidos na sala multifuncional. Nesse sentido, é possível concluir esta pesquisa ao afirmar que a arte, segundo a fala do próprio professor responsável pela sala multifuncional que atendia os indígenas com necessidades especiais, ajuda os alunos a desenvolverem a sua coordenação motora, visomotora, entre outras capacidades. Ou seja, a arte possibilita a esse educando a desenvolver

trabalhos que, sem ela e, por causa de suas limitações, não conseguiria produzi-los. A arte possibilita uma formação mais plena ao educando.

Com essa pesquisa foi possível perceber a relevância que arte possui na vida educacional desses indígenas portadores de necessidades especiais, pois por meio dela eles conseguem se expressar e, muitas vezes, dialogar com o próprio professor através de seus desenhos, uma vez que eles são muito tímidos e encontram na arte, uma forma de se comunicarem com os seus pares.

Por fim, os índios fizeram e ainda fazem parte da história, uma parte que não pode e nem deve ser apagada, por isso, que estou escrevendo sobre os mesmos objetivando que outras pessoas tenham conhecimento de uma comunidade que, apesar de viver em um mundo globalizado e permeado de tecnologia, ainda vivem da caça da pesca e de plantações basicamente manuais, características de seu povo e de sua cultura. Nesse sentido, pretendo deixar registrado para os futuros professores, pesquisadores e demais interessados no tema que a educação é de fundamental relevância para vida social dos indivíduos, principalmente a Educação Especial desenvolvida nas comunidades indígenas, pois pesquisar os indígenas apinayé com necessidades especiais é muito importante, porque é uma população que faz parte da história do Estado do Tocantins e do país, uma vez que pode contribuir para a produção de conhecimento nessa área, ainda incipiente na pesquisa educacional.

REFERÊNCIAS

AIRES, Helena Quirino Porto et al. (Orgs.). **Educação do Campo, artes e formação docente**. Palmas EDUFT, 2016.

ALMEIDA, Severina Alves de. **A educação Escolar Apinayé de São José e Mariazinha: um estudo sociolinguístico**. Goiânia: Ed. America, 2012.

AMARAL, C. S. **John Ruskin e o ensino do desenho no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ARSLAN, Luciana Mourão; IAVELBERG, Rosa. **Ensino de Arte**. São Paulo: Thomson. 2006.

AZEVEDO JUNIOR, José Garcia de. **Apostila de Arte: Artes Visuais**. São Luís: Imagética Comunicação e Design, 2007.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **“A Imagem no Ensino da Arte: Anos Oitenta e Novos Tempos”**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **“Síntese da Arte no Brasil: duzentos anos e seis mil palavras** Polyphonia, v 27/2, jul./dez 2016.

BARBOSA, Ana Mae. O Ensino da Arte no Brasil nos inícios do século XXI. **Aprender**, maio de 2003.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil**. Brasília: 2007.

_____. **Atendimento educacional Especializado**. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Deficiência física. Brasília: MEC, 2007.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB; DICEI, 2013.

_____. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar**. 2. ed. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1994.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, 2010.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte**/Brasília: MEC/SEF, 1997.

COELHO, Luísa; COELHO, Rui. Impacto psicossocial da deficiência mental. **Revista Portuguesa de Psicossomática**, vol. 3, núm. 1, jan/jun, p. 123-143, 2001.

FAERMAM, Lindamar Alves. Pesquisa Participante: Suas Contribuições no Âmbito das Ciências Sociais. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 7, n. 1, 2014.

GONÇALVES, Mariele. **Inclusão de pessoas com deficiência na Terra Indígena Xapecó: Práticas e desafios para o povo Kaingang**. Florianópolis, 2015.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

LAKATOS Eva Maria; MARCONES, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LUCIANO Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MARTINS, J. B. Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar. **Semina: Ci. Sociais/Humanas**, Londrina, v. 17, n. 3, p. 266-273, set. 1996.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: **EDUEPB**. Available from SciELO Books, 2011.

MENDES Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010.

PEREIRA, Ira de Fátima Marçal Soares. **Inclusão do Aluno com baixa visão em classe de educação bilíngue**. Brasília, 2011.

PINHEIRO Marília TEIXEIRA, Rosanny Moraes de Moraes Teixeira. **A importância do recorte e da colagem no ensino de arte para o desenvolvimento psicomotor e para o conhecimento estético do aluno do 6º ano do ensino fundamental**. Paraná, 2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual Indígena Tekator (em andamento). 2007.

REZENDE, Neide. **A semana da arte Moderna**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1997.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente. In: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. (Org.). **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

SILVA, Patrícia Simone da. **Aplicação da Abordagem Triangular nas Séries do Ensino Fundamental II nas Escolas Públicas da Cidade de Barretos**. Barretos –SP 2011.

SILVA Ricardo Souza da; KATO, Ademilde Aparecida Gabriel. Adaptações curriculares para o ensino-aprendizagem de alunos com baixa visão. **Revista Eventos Pedagógicos**, Sinop, v. 1, n. 1, p. 66-74, ago./dez. 2010.

SOBRINHO Roberto Sanches Mubarak, SOUZA Adria Simone Duarte de, BETTIOL Célia Aparecida. **A educação Escolar Indígena no Brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de ldb.** Unisul, Tubarão, v.11, n. 19, p. 58 - 75 Jan/Jun 2017.

ZANINI, Walter. **História geral da arte no Brasil.** Instituto Walther Moreira Salles, 1983.

Sites consultados:

<https://novaescola.org.br/conteudo/397/como-funciona-sistema-braille> Consultado em consultado 29/08/2018 às 18hs13mn.

<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>. Consultado 29/08/2018 às 16hs13mn.

https://www.suapesquisa.com/o_que_e/constituicao.htm Consultado: 28/08/2018 as 13hs00mn.

<http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>. Consultado: 16/07/2018 às 12:40.

<http://www.assistiva.com.br/aee.html>. 16/07/2018. Às 12:45

<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins>. Consultado em 17/07/2018 às 10:52.

<http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos> Consultado: 16/07/2018

<http://www.assistiva.com.br/aee.html> Consultado em 17/07/2018

<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins> Consultado em 17/07/2018

APÊNDICES

APÊNDICE A: FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA



SEVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
DIREÇÃO DO CAMPUS



Av: Nossa Senhora de Fátima, 1588, Centro | 77.900-000 | Tocantinópolis/TO
(63) 3471-6004 | www.uft.edu.br | dirtocantinopolis@uft.edu.br

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICO/CIENTÍFICA

Pelo presente termo, autorizo ^{GRACILANE DOS SANTOS} ~~Taylane Fernandes da Silva~~, discente do curso de Educação do Campo com Habilitação em Artes e Música, do campus Universitário de Tocantinópolis, Universidade Federal do Tocantins, matrícula número 2015112464, orientado pelo Prof. Me. Gustavo Cunha de Araújo, docente vinculado ao Departamento de Educação do Campo da UFT, Tocantinópolis, matrícula número 1017864, a realizar a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulada: **"Arte apinayé: um estudo de caso na escola indígena Tekator-TO"**, na Escola Indígena Tekator, em Tocantinópolis, Tocantins. A estudante pesquisadora realizará a coleta de dados por meio de observações em sala de aula, entrevistas com alunos do ensino fundamental e professor da disciplina de Arte, além de registros fotográficos nessa escola relacionados à pesquisa, se comprometendo a dar retorno do resultado deste estudo.

GRACILANE DOS SANTOS
Assinatura do(a) estudante/pesquisador(a)

Emílio Dias
Assinatura do responsável
pela instituição a ser pesquisada

Emílio Dias
Diretor de Unidade Escolar
Mat. Func.: 67146-4

Gustavo A.
Assinatura do(a) Professor(a)/Orientador(a)

Juliane Gomes Gomes de Sousa
Assinatura do Coordenador do Curso de
Educação do Campo do Campus
Tocantinópolis/TO

Tocantinópolis, 29 de JUNHO de 2018.

APÊNDICE B: FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA



SEVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
DIREÇÃO DO CAMPUS



Av. Nossa Senhora de Fátima, 1588, Centro | 77.900-000 Tocantinópolis/TO
(63) 3471-6004 | www.uf-tocantins.edu.br | dir@tocantinopolis@uf-tocantins.edu.br

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICO/CIENTÍFICA

Pelo presente termo, autorizo Gracilene dos Santos, discente do curso de Educação do Campo com Habilitação em Artes e Música, do campus Universitário de Tocantinópolis, Universidade Federal do Tocantins, matrícula número 2015112403, orientado pelo Prof. Me. Gustavo Cunha de Araújo, docente vinculado ao Departamento de Educação do Campo da UFT, Tocantinópolis, matrícula número 1017864, a realizar a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulada: **“O Ensino de arte na aldeia: um estudo exploratório sobre a arte numa escola indígena Apinayé”**, na Diretoria Regional de Ensino - DRE, Tocantinópolis, Tocantins. A estudante pesquisadora realizará a coleta de dados por meio de análise documental (PPP-Projeto Político Pedagógico entre outros que for necessário) referente à Escola Matik, localizada na Aldeia São José, Tocantinópolis-TO, se comprometendo a dar retorno do resultado deste estudo.

GRACILENE DOS SANTOS
Assinatura do(a) estudante/pesquisador(a)

Maria Allete P. F. dos
Assinatura do responsável
pela instituição a ser pesquisada

Gustavo A.
Assinatura do(a) Professor(a)/Orientador(a)

Prof. Me. Gustavo Cunha de Araújo
Universidade Federal do Tocantins
Campus de Tocantinópolis
Mat.: 1017864

Juliane Gomes de Sousa
Assinatura do Coordenador do Curso de
Educação do Campo do Campus
Tocantinópolis - UFT
Mat.: 11.4204

Tocantinópolis, 28 de JUNHO de 2018.

APÊNDICE C: FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA.




SEVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
DIREÇÃO DO CAMPUS

Av. Nossa Senhora de Fatima, 1588, Centro | 77.900-000| Tocantinópolis/TO
(63) 3471-6004 | www.uft.edu.br | dirtocantnpolis@uft.edu.br

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICO/CIENTÍFICA

Pelo presente termo, autorizo Gracilene dos Santos, discente do curso de Educação do Campo com Habilitação em Artes e Música, do campus Universitário de Tocantinópolis, Universidade Federal do Tocantins, matrícula número 2015112403, orientado pelo Prof. Me. Gustavo Cunha de Araújo, docente vinculado ao Departamento de Educação do Campo da UFT, Tocantinópolis, matrícula número 1017864, a realizar a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulada: **“O Ensino de arte na aldeia: um estudo exploratório sobre a arte numa escola indígena Apinayé”**, na Escola Estadual Matik, na Aldeia São José, Tocantinópolis, Tocantins. A estudante pesquisadora realizará a coleta de dados por meio de observações em sala de aula, entrevistas com alunos da disciplina de Arte e professor (a) dessa disciplina, além de registros fotográficos nessa escola relacionados à pesquisa, se comprometendo a dar retorno do resultado deste estudo.

Gracilene dos Santos
Assinatura do(a) estudante/pesquisador(a)

David Clavito Apinayé
Assinatura do responsável
pela instituição a ser pesquisada

Gustavo C.
Assinatura do(a) Professor(a)/Orientador(a)

Prof. Me. Gustavo Cunha de Araújo
Universidade Federal do Tocantins
Campus de Tocantinópolis
Mat.: 1017864

Jon Jackson P. da Silva
Assinatura do Coordenador do Curso de
Educação do Campo da UFT, Campus
Tocantinópolis-TO

Tocantinópolis, 25 de junho de 2018.